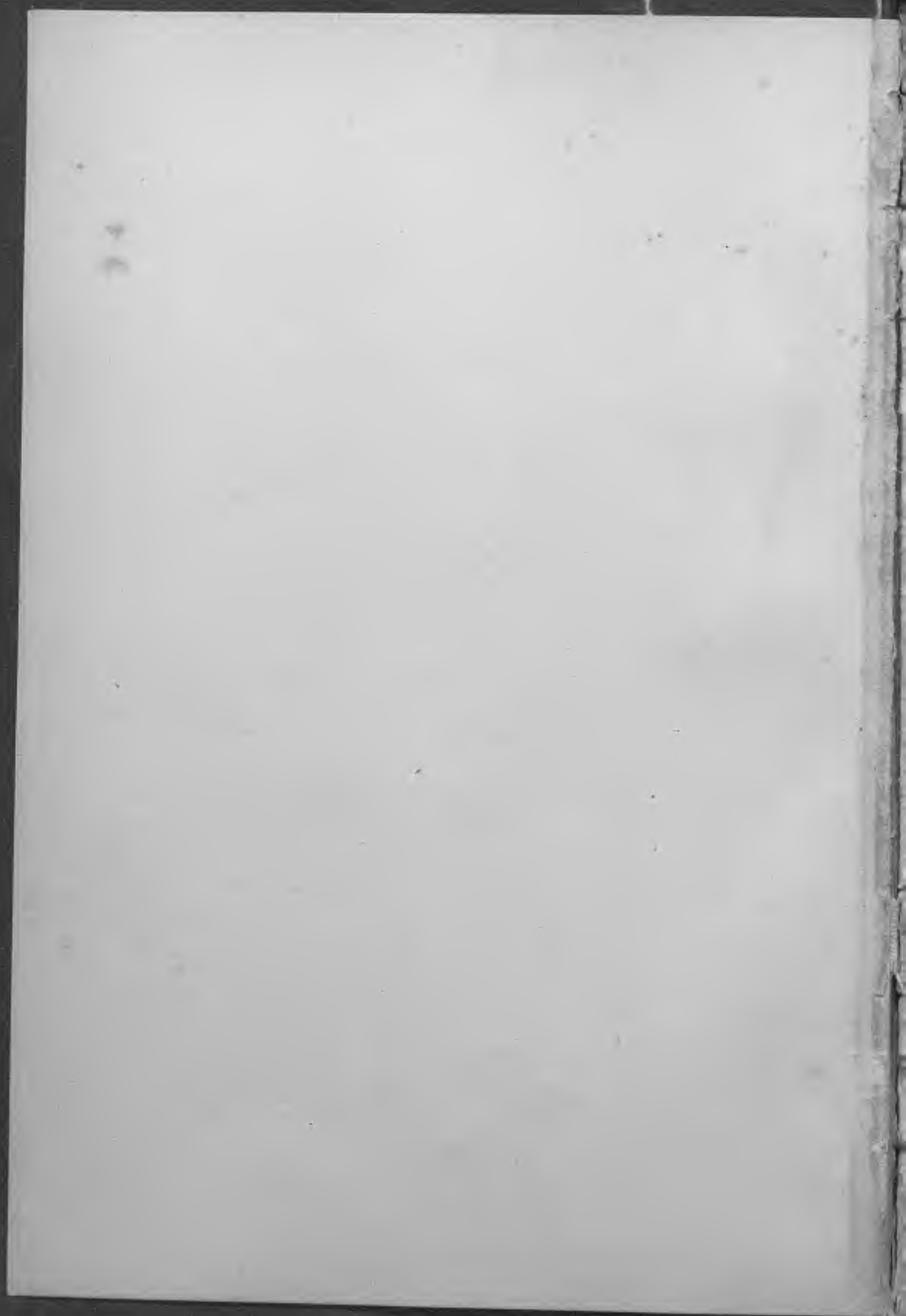
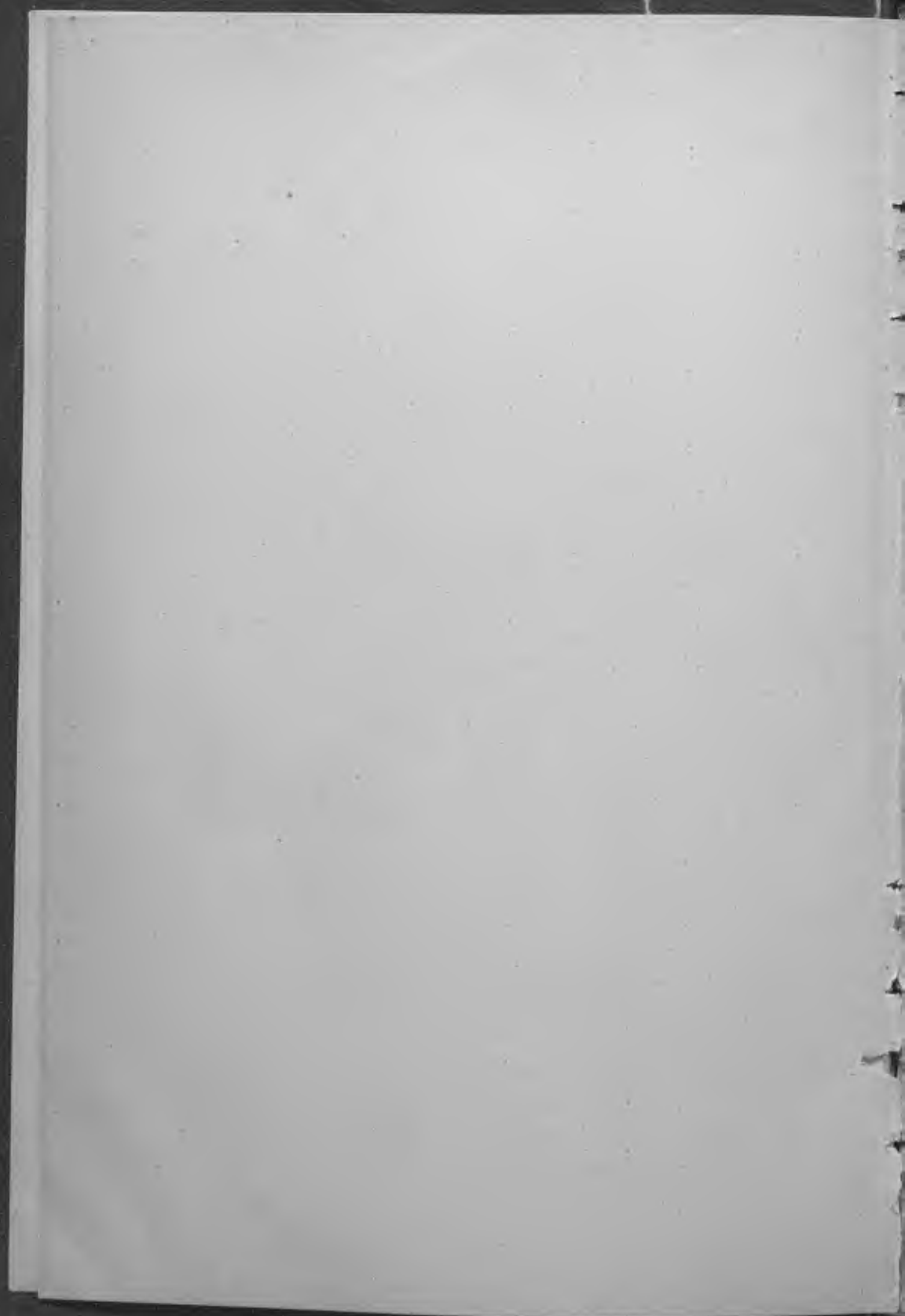
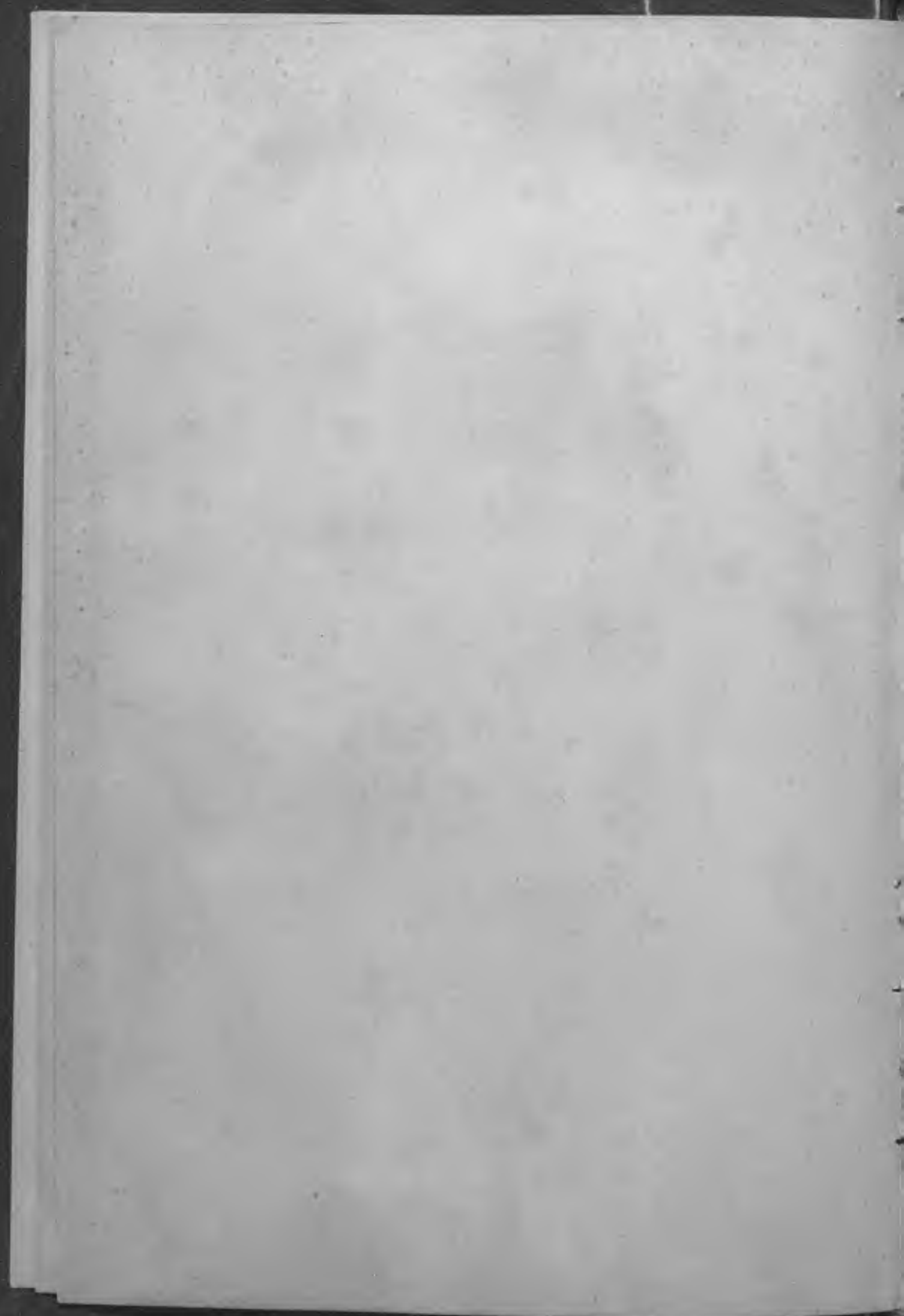




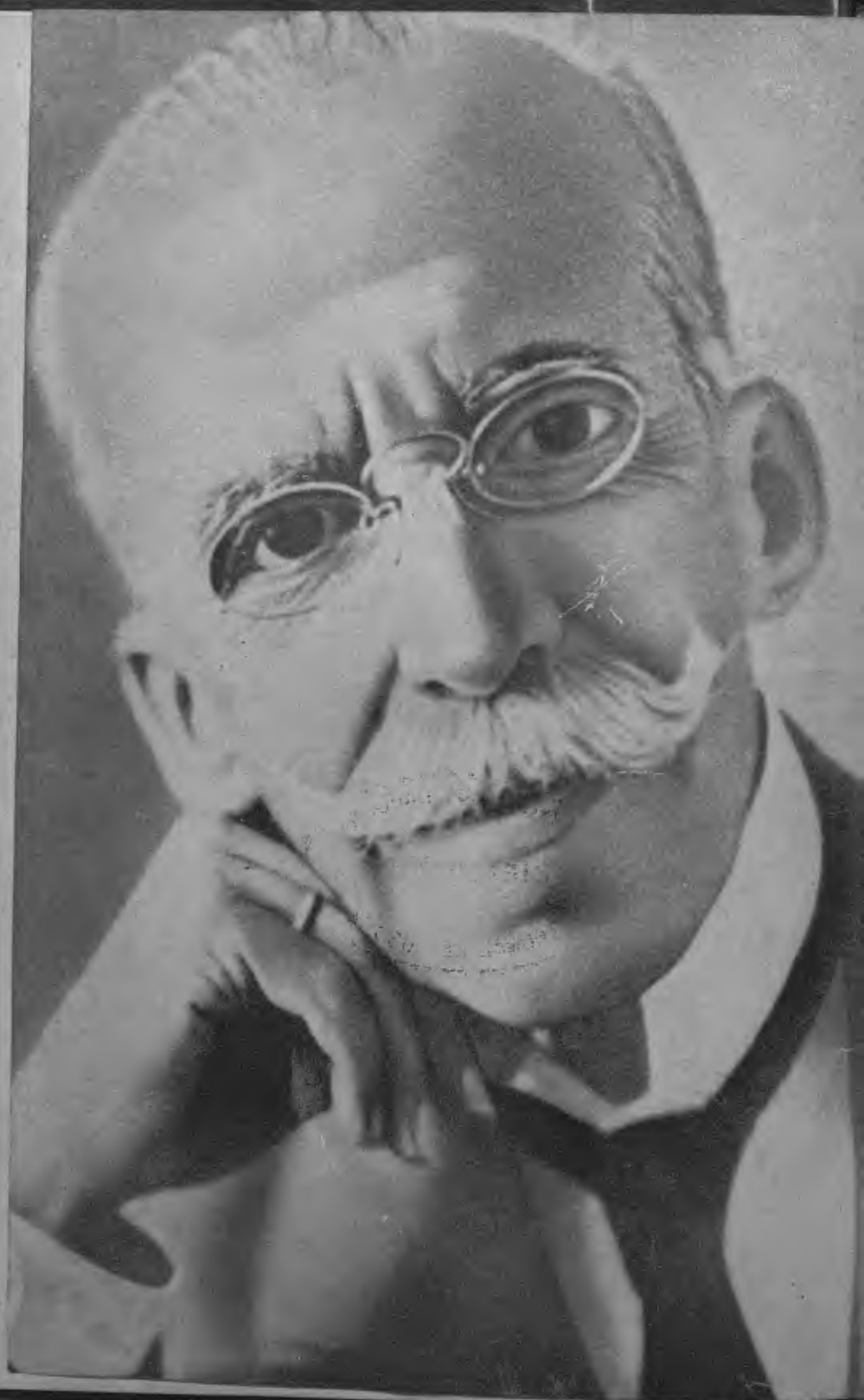




MOMENTOS ESTELARES
DE
RUI BARBOSA

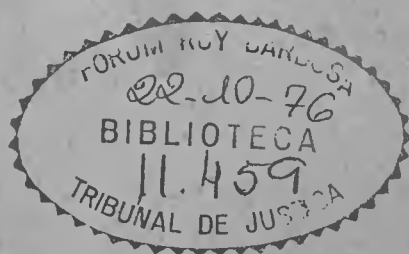


3862



O S V A L D O O R I C O

MOMENTOS ESTELARES
DE
RUI BARBOSA



C A S A D E R U I B A R B O S A

1 9 5 4

TOMBO 005323



323.284
069

CATÁLOGO 00532

Ao investir-me na poltrona que Rui Barbosa fundou sob a égide de Evaristo da Veiga — publicista de sua escolha e veneração — tomei comigo mesmo o compromisso de consagrar-lhe um volume que espelhasse alguma coisa a mais do que o elogio protocolar de um discurso acadêmico.

Sempre desejei, porém, que tal obra fôsse mais o produto das emoções que me suscitasse o encontro com a criatura humana do que o instrumento convencional de um estudo com planos traçados e capítulos medidos.

Seduzia-me a idéia de escrever uma história de Rui Barbosa. Digo história, em vez de biografia, por entender que a sua figura criou tais dimensões no Império e na República, que deixou de ser simplesmente indivíduo, para constituir uma época.

Faltaram-me, entretanto, os materiais indispensáveis ao monumento, inclusive o contacto permanente com sua personalidade, imprescindível a quem aspire a erguer da história morta um retrato vivo.

Nossa época, ferozmente especulativa, indagadora, já não se conforma com o conceito herdado de Cícero: Historia magistra vitae. Tem fome de curiosidade. Exige, além do documento, o testemunho.

Depois da enorme bibliografia que focaliza a existência de Rui em tôdas as províncias do espirito, só haveria lugar para uma obra que, além de ser o inventário de sua grandeza, fôsse um depoimento capaz de fugir à censura de Terêncio (cantilenam eadem canere), revelando os

aspectos íntimos e desconhecidos do homem solitário, prisioneiro dos livros e que, apesar de distanciado em sua biblioteca, foi o que mais perto esteve do coração das multidões...

Confessou-me uma vez Stefan Zweig que seu ideal na vida teria sido poder deixar ao mundo uma história da humanidade. Frustrado nessa aspiração, contentou-se em registrar os seus "momentos esteíares".

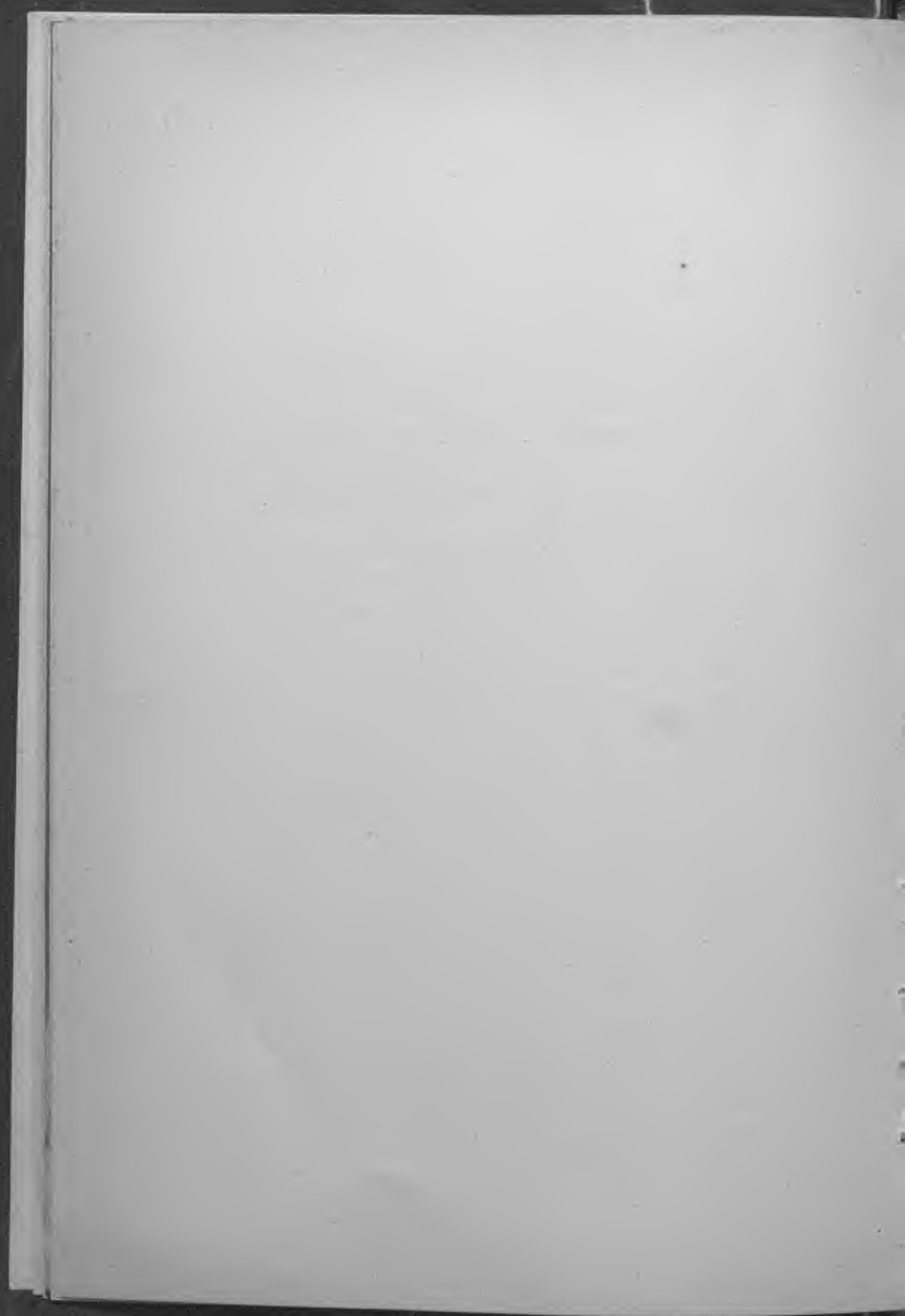
Foi o que se passou comigo em relação à vida de Rui Barbosa.

Impossibilitado de reconstituir a história do homem, contento-me em fixar alguns flagrantes de seu destino.

É pena que desapareçam da cena os seus contemporâneos e confidentes — aqueles que poderiam fazê-lo — sem que surja o livro essencial que nos daria o perfil vivo do maior gênio literário e político de nosso tempo.

A mim não me tocou a oportunidade ou a graça de o ser. Fui apenas, em dois ou três instantes, a testemunha espantada e anônima que o fitou (como diria Machado de Assis) com aqueles olhos do menino Heine ao ver passar Napoleão.

RUI
e a igualdade jurídica das nações



VARIÁVEL na essência e na forma é o conceito de soberania e o título de *grande potência*.

Nos tempos que correm, este não quer dizer apenas a nação que dispõe de um grande exército ou de uma grande armada; está condicionado, sobretudo, à sua situação na carta geográfica.

Não era assim, porém, nos começos do século, quando a humanidade começou a cogitar de viver em ordem. O equilíbrio do mundo parecia ditado pela força dos efetivos e provisão dos arsenais.

As novas armas de guerra subverteram as concepções jurídicas e políticas dos povos, colocando um ponto de interrogação nas consciências. Onde termina o direito? Onde começa o crime?

No início da última contenda, a mecanização das tropas, que De Gaulle sonhava para a França, deu à Alemanha a ilusão da vitória; depois, foi essa mesma mecanização que lhe impôs a derrota; já no fim, foi a deflagração dos átomos que obrigou o Japão a capitular mais depressa.

Em menos de cinco anos caducou uma experiência e surgiu uma revolução.

Na primeira década do século, quando as *grandes potências* decidiram reger o mundo e afiná-lo segundo o diapasão de seus interesses, o que prevalecia e o que se representava no anfiteatro da 2.^a Conferência da Paz, em Haia, era o número de divisões e a espessura dos couraços.

Estes e aquelas é que ditavam a importância e o peso das nações presentes, reforçando os blocos poderosos e subdividindo os agrupamentos fracos.

Olhando o mapa-múndi dos começos de 1900, que víamos, então? A Inglaterra ainda não se havia redimido dos seus pecados no Transvaal, com aqueles regimes de austeridade que lhe trariam o desequilíbrio da moeda e as privações de duas guerras padecidas com estoicismo, e, num determinado instante, heróicamente sôzinha. A França tinha então um exército, e cuidava dêle, porque um dia poderia tornar-se possível a desforra de Sedan. A Alemanha do Kaiser começava a inquietar o mundo com os seus soberbos desfiles, para disfarçar a difícil digestão da Alsácia e da Lorena, com que a banqueteara o garfo de Bismarck. A Rússia ensaiava no Ocidente aquela mesma política que, um século atrás, era denunciada pelo Marquês de Custine: fomentar a discórdia, para aproveitar-se dela. E escondendo na espalda asiática as cicatrizes navais de Pôrto Artur, falava pela bôca de Martens o idioma negativo de Vichinski, dando razão a Eden: "Ainda que o comunismo haja substituído o czarismo, os objetivos de ambos permanecem fundamentalmente os mesmos." Os Estados Unidos, a quem a providência reservaria mais tarde o papel de anjo da guarda da civilização ocidental, pareciam assustar então o hemisfério com a proteção estendida sôbre as Filipinas e Pôrto Rico. O Império austro-húngaro adiava o seu fatal desmembramento, cimentando alianças políticas poderosas para influir na timidez balcânica; mas entre as montanhas da Bósnia, logo depois anexada, estava escondida a bala de Serájevo. A Itália, antes de disparar os canhões mediterrâneos e agitar as lagunas do Adriático, mobilizava o irredentismo dos versos de Gabriel d'Annunzio como prefácio à anexação de Fiume e de Trieste. E o Japão, esquivando-se de longe aos compromissos escritos, insulava-se nas colmeias do seu crescente Império, a acariciar o domínio do Pacífico e a expan-

são do Oriente — cuidados que deveriam transformar-se em fumo, nos ares de Hiroshima e Nagasaki...

Nesse vistoso cenário cosmopolita, onde o renome jurídico dos embaixadores rivalizava com a importância econômica e militar das nações, apareceu, então, uma figura exótica, exibindo as credenciais de um país longínquo, vagamente ignorado, mais conhecido pelas devastações da febre amarela que por suas então inexploradas riquezas! Enviava-o à Conferência da Haia o voto da multidão. Foi realmente o povo brasileiro quem escolheu o seu delegado: Rio Branco não fez mais do que sancionar o plebiscito público, convidando Rui Barbosa para chefiar a delegação brasileira ao Congresso da Paz. Obedecia nesse caso ao voto da imprensa e do povo, mau grado já haver, segundo o depoimento da Sra. Carolina Nabuco, manifestado ao autor de "Um estadista do Império" seu desejo de vê-lo à frente da embaixada que iria à Conferência de Haia.

Aí se defrontavam as eminências jurídicas e as personalidades centrais da época.

Quando Rui transpôs, em junho de 1907, a "Sala dos Cavalheiros", no Binnenhof, onde se reunia a Conferência (*), suas idéias e sua delegação nada tinham de invejável. Representava apenas, segundo os cálculos de W. Stead, uma população de vinte e cinco milhões de habitantes, distribuídos escassamente por um território "notável pela extensão de suas fronteiras e volume de suas águas", mas de pouca expressão quanto à eficiência de seus exércitos ou poder de suas esquadras.

Em torno dele — e contra ele — as grandes potências somavam cerca de um bilhão de almas e, em contingentes

(*) O palácio da Paz, onde hoje funciona a Corte Permanente de Justiça Internacional, construído com a doação de Carnegie, no reinado de Guilhermina I, segundo o projeto do arquiteto belga Cordonier, teve início em 1907, mas só ficou terminado em 1913.

militares, perto de um milhar de divisões, isto é, o dôbro da população do Brasil.

Só os Impérios Centrais, com seus 115 milhões de habitantes, poderiam mobilizar 22 milhões de soldados para enfrentar, como enfrentaram depois, os 27 milhões que a Triplice Entente jogou nas frentes de batalha.

Nesse contraste estava o sentido de uma época que herdara as discórdias e rivalidades do passado, porfiando em sobreviver a este com a sua *course aux armements*.

A presença física de Rui destoava da majestade e importância dos chefes das outras delegações, todos êles sacudidos e corados, a ostentar nas casacas os seus títulos e brasões. Aqui era o orgulhoso Barão de Marshall de Bierbstein, que empolgava desde o comêço as atenções e reverências da assembléia com seus ares de grã senhor e a armadura da Alemanha imperial. Ali, o Barão d'Estournelles de Constant, que se fazia notar entre os seus pares por sua figura aristocrática e traquejo parlamentar. Mais adiante, o cordial e comunicativo Choate, que trocara o seu feitio à americana pelo velho figurino europeu, assimilando-se ao novo ambiente. Para o temido Martens, que ali representava o czar de tôdas as Rússias — mesmo aquela que ficara engarrafada em Pôrto Artur — convergiam também as atenções da Conferência.

Qualquer dêles bastaria com sua estatura e arrogância para fazer sombra ao minúsculo, franzino e quase imperceptível delegado do Brasil.

Ainda o tamanho da cabeça só concorria para acusar a pequenez do corpo de Rui Barbosa.

Além disso, sua celebridade local transportara consigo uma nota desabonadora. Dizia-se, nos corredores da assembléia, que os seus discursos eram penosamente decorados durante longos e longos meses. Os "donos" da Conferência tinham ciência disso.

Por seu lado, Rui não buscara jamais disfarçar os prodígios da sua memória. Ao contrário. Tinha garbo em

ostentá-la. Quando de retôrno à Bahia, em 1891, celebrara em maravilhosa oração, que cedo passou às antologias, a "Visita à terra natal", todos os olhos que o miravam e todos os ouvidos que o escutavam tiveram a impressão de que êle improvisava. Ao proferir as últimas palavras, como se as não recebesse da memória e sim as arrancasse do coração, dêle se aproxima o jornalista Augusto Álvares Guimarães, diretor do "Diário da Bahia", e pergunta-lhe como se poderia reconstituir semelhante surto de eloquência.

— Fácilmente — responde o orador — ei-lo aqui. (*) E, tirando do bôlso, entrega ao jornalista as fôlhas de papel escritas. Escritas — *Deo gratias* — porque nelas se guardava o mais belo hino de amor já tecido, em língua portuguesa, aos encantos do solo que nos foi berço.

Era assim que Rui decorava os discursos: pondo a memória do tribuno ao serviço da pena do escritor.

Para a mentalidade prevenida dos marechais da assembléia de Haia, o que contava, porém, era a presunção de terem de ouvir, como um disco de fonógrafo, as arengas que o orador houvesse de antemão gravado na memória para infligir-lhes como lições.

Dai a má vontade geral, a pesada atmosfera que o cercava. E as dúvidas com que o recebiam. E as reticências com que o tratavam. A primeira semana da conferência foi um duro *test* para a conduta do delegado brasileiro. Com aquela capacidade intelectual, de que dera provas durante a existência, Rui queria estar presente a todos os debates e inscrevera-se para intervir nas diversas comissões jurídicas da assembléia. Stead, o redator do *Courrier de la Conférence*, oferece-nos um instantâneo da situação: "Desde as primeiras assentadas tomou parte o Dr. Barbosa em todos os debates mais relevantes com uma compostura, uma calma e uma imperturbabilidade que, a

(*) Episódio relatado ao A. pelo senador Pedro Lago.

princípio, o tornaram objeto de zombaria e, ao depois, de desgosto." Rio Branco também assinala com pesar as primeiras reações provocadas nos debates pela intervenção de Rui Barbosa.

Com o correr do tempo, verifica-se o contraste entre a semana inicial e a última fase dos trabalhos. Os que imaginavam que a "Conferência nunca aturaria as insistências do Dr. Barbosa", mostravam-se agora confundidos e pasmos com o prestígio e a autoridade que êle conquistara. Do fundo da poltrona em que se perdia o pequeno vulto do Embaixador brasileiro, saíra a figura de um gigante da tribuna internacional, para disputar a um Marshall a preponderância nas decisões do congresso. Êle anulara as milhas que separavam seu país da "Sala dos Cavalheiros"; povoara de idéias os espaços vazios do seu território; traduzira numa consciência jurídica a área desabitada de uma nação; e, desfazendo as enganadoras impressões sobre os recursos de sua eloquência, substituíra por pensamentos generosos e novos conceitos humanos a força de que não dispunha seu país.

A lógica dos efetivos cedia lugar aos argumentos da igualdade jurídica dos Estados. Isso explica que, a certa altura dos trabalhos, não houvesse nenhum desnível entre o lugar que ocupava no congresso o representante de uma nação com um exército de trinta mil homens e o delegado do Império de Guilherme II, com seu milhão de capacetes de aço.

Explicaria ainda melhor o fato de haver sido êsse mesmo homem — cuja estréia suscitou remosques e zombarias — um dos elementos que deveriam constituir, logo depois, o *comité dos sete sábios* (que na linguagem de hoje se traduziria por os *sete grandes*) e no qual, salvo a Inglaterra, figuravam as grandes potências de então: Alemanha, Austria, Estados Unidos, França, Itália e Rússia.

Coube, então, ao representante de um país de fraca tonelagem marítima chamar a êsse núcleo o chefe da de-

legação inglesa, Mr. Frey, a cujas ordens se alinhavam centenas de barcos de guerra, e que um princípio a ser vitorioso na assembléia afastara da importante subcomissão, para dar ingresso ao Brasil.

Com a inclusão da Inglaterra como oitavo membro, Rui completava seu triunfo. Porque já não era uma grande potência que cedia o seu lugar a uma jovem nação; era uma jovem nação que se incorporava ao rol das grandes potências, ao defender o direito das pequenas.

Foi-lhe fácil êsse trabalho? Era convidativa essa luta? Respondam a essas perguntas os anais e bastidores da época. A segunda conferência da Paz reunia-se em Haia no dia 15 de julho de 1907, sob a presidência do plenipotenciário russo, Melidof, e aberta com a palavra do então ministro dos Estrangeiros da Holanda, Tets van Goudrian, para retomar a iniciativa do Imperador da Rússia, quando solicitara à Rainha Guilhermina a convocação da 1.^a Conferência, em 1899. Isto é: *"procurar os meios mais eficazes de assegurar a todos os povos os benefícios de uma paz real e duradoura e pôr termo ao desenvolvimento progressivo dos armamentos."*

Os pecos resultados da primeira é que encorajaram o presidente Teodoro Roosevelt a tentar a segunda, aproveitando a sugestão que partira do Congresso da União Interparlamentar da Paz, congregado nos E.U.A. para expedir, em outubro de 1904, uma circular nesse sentido. Um obstáculo, porém, se interpunha no momento à aceitação geral do convite: o estado de guerra entre a Rússia e o Japão, que diferiu para 1905, em seguida ao tratado de Portsmouth, a iniciativa da convocação. Depois que os japoneses lhe deixaram livres as mãos, apressou-se Nicolau II a fazer chegar aos ouvidos do presidente americano seu desejo de não perder a paternidade da idéia, sugerindo que se deixasse a êle e à rainha Guilhermina a tarefa de formular os convites. Planejada para a segunda quinzena de julho de 1906, a conferência teve de

sofrer uma outra dilação, pleiteada agora pelo Brasil, em cuja capital deveria reunir-se por essa época o 3.º Congresso Pan-Americano. Assim, só em julho de 1907 lograva Nicolau II mover até o Binnenhof, em Haia, os delegados de 44 nações, entre as quais o Brasil, — convidado de novo — não poderia escusar-se, porque desta vez o convite havia sido extensivo também às outras repúblicas latino-americanas.

Seria, em verdade, o czar da Rússia um pacifista? Era por devoção, cautela, ou vaidade que tomava aos ombros os encargos de promover a paz? Ou seria por fatalismo oriental, uma vez que acabara de ter a prova da inutilidade dos canhões, vendo as suas esquadras estranguladas?

Com que secreta mágoa o vemos através dos relatos do Príncipe von Bulow, passear os olhos melancólicos sobre as quilhas dos couraçados com que o seu primo Guilherme II assustava os visitantes no canal de Kiel! E a angústia íntima com que recebia os votos dêste para que a marinha russa pudesse em breve oferecer o mesmo espetáculo!

Convidado oficialmente a 26 de fevereiro de 1907 para chefiar a delegação brasileira, convite que o Barão do Rio Branco levou em pessoa à mansão de S. Clemente, em nome do presidente Afonso Pena, a 21 de maio Rui embarcava para Cherburgo e, desde 13 de junho, data da sua chegada a Haia, começava a estudar o ambiente da Conferência, inaugurada a 15. Seis dias após, já eleito para um dos três lugares honoríficos da primeira comissão, confessava em carta ao Chanceler que o congresso "ainda não definira a sua fisionomia", pelo que não lhe era possível prever nem o andamento, nem os resultados.

Para êle, como para todos os internacionalistas sinceros ali presentes, a agenda da segunda Conferência fôra um lôgro; porque escamoteara um dos objetivos da primeira, ao suprimir a tese da limitação dos armamentos.

Em 1899 — explica o Embaixador Hildebrando Accioli em uma exemplar reconstituição do panorama de Haia — “o czar Nicolau havia desejado um acôrdo a tal respeito por certo prazo. Em abril de 1906, quando o seu govêrno propôs o programa da nova Conferência, a situação era, sob alguns aspectos, muito diversa para a Rússia, que se via, então, a braços com forte agitação interna e, por outro lado, procurava refazer-se, militarmente, dos golpes sofridos na guerra russo-japonesa”.

Se excluía o problema do desarmamento — talvez para ficar mais próxima da velha sentença latina — a segunda conferência internacional da Paz oferecia a exame questões de indubitável interêsse para o mundo de ontem.

Rui, atento aos trabalhos, desdobrava-se no curso de tôdas as comissões, revelando faculdades onipresentes. Onde quer que fôsse necessário evitar um golpe de fôrça e inspirar uma solução liberal, êle aí estava com seu gênio, sua cultura, sua paciência. Compreendeu, desde logo, que o seu temperamento e a natureza de sua missão o isolavam da assembléia, suscitando a hostilidade dos fortes e o receio dos fracos. Por fatalidade, o próprio delegado americano, Mr. Choate, com o qual esperava contar na defesa de princípios essenciais ao direito dos povos, fazia abertamente o jôgo das grandes potências, aliando-se a estas, com receio de que, procedendo inversamente, seu país não fôsse considerado no número delas. A verdade era que, quando Rui esperava o seu apoio, êle estava sempre do lado contrário. Embalde o Barão do Rio Branco apelava para a nossa embaixada em Washington, solicitando do Departamento de Estado instruções que evitassem o constante desacôrdo entre as duas delegações, mesmo em pontos nos quais a conduta de Choate não ia só contra a doutrina de Rui, mas chocava com a do próprio Elihu Root, seu chefe na chancelaria americana. Realmente, do seio da 3.^a Con-

ferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, haviam saído estas palavras do Secretário de Estado do primeiro Roosevelt: *"We deem the independence and equal rights of the smallest and weakest member of the family of Nations entitled to as much respect as those of the greatest Empire."*

Quando, portanto, Choate se desviava de Rui na discussão e votação dos princípios pelos quais êste se batia, não era só o ponto de vista brasileiro que êle contrariava; era o pensamento do seu próprio chefe, que considerava "a independência e iguais direitos do menor e mais fraco membro da família das Nações tão merecedores de respeito quanto os do maior império".

Como se vê, antes que Rui se tornasse o campeão da idéia no congresso de Haia, ela foi um ponto de vista de Root; depois, uma atmosfera do Congresso Pan-Americano; e, após, um voto dêste. O que o chefe da delegação brasileira levava consigo não era apenas uma doutrina pessoal, mas um mandato do Brasil e da América. A êsse mandato êle soube dar ressonância universal, embora desapoiado do próprio continente. É verdade que contava com a solidariedade de sua chancelaria, onde Rio Branco ia ao extremo de afastar-se do meridiano de Washington para sustentar a cruzada em que se empenhava nossa delegação. Isso com grandes preocupações para Nabuco, que temia ver dois governos amigos marchando no terreno internacional em campos opostos...

Qual o fato, porém, que provocou no seio da assembléia a memorável campanha de Rui? Onde e como surgiu o problema de igualdade jurídica dos Estados, que, em verdade, não figurava, ao menos explicitamente, na agenda de Haia?

Muito simples. Tôda essa agitação, que quase produziu a retirada do Brasil da Conferência, girou em tórno da composição do Tribunal Permanente de Arbitragem. Foi

o calvário de Rui; mas também a sua universalidade. Ele já vinha amargurado, vencido e contrafeito de outros debates, em que a sua dialética não havia logrado demudar a mentalidade da conferência. No caso do tribunal de prêsas, em que a impaciência do Barão reclamava uma solução que a nossa embaixada em Haia não lhe podia oferecer, estêve a pique de renunciar o pôsto, fazendo ver ao Chanceler "o êrro de supor que dispomos de fôrça e influência nesta assembléia, quando a verdade é só valer nela o arbitrio das nações preponderantes".

Resignava-se a permanecer e a perder a cartada, pelas provas de confiança com que o nutria a atividade vigilante de Rio Branco. Vinte e seis países contra dois e quinze abstenções consumaram uma convenção que situava o nosso país em categoria inferior à importância de sua marinha mercante.

Vendo que o delegado americano se ligava ainda nesse passo às grandes potências européias contra o interesse das nações americanas, e que os argumentos com que combatera o Tribunal em nada influíam para modificá-lo, Rui anotava melancolicamente que a nossa intransigência nesse ponto só nos havia ocasionado o voto da Turquia: "Ficamos com a má companhia otomana".

Tudo isso, porém, era apenas o prólogo à tempestade, a chispa que emprestaria logo depois à Conferência um ar shakespeariano, e no meio da qual, sobrevivendo aos orgulhos desencadeados no Binnenhof, a humilde resistência de um homem se transformava aos olhos de todos num "armazém de relâmpagos".

É êsse o momento em que Rui, contrariado, combatido, espoliado, desencadeia — ele também — os raios de sua cólera e eloquência contra a forma do projeto que pretendia ditar ao mundo — *quia nominor leo* — uma côrte de justiça arbitral, instituindo aquilo que um magistrado de nosso tempo chamou acertadamente o "monopólio da judicatura internacional".

De que forma se traduzia êsse monopólio? A princípio por dois projetos, um apresentado pela Delegação norte-americana; o outro pela Delegação da Rússia. Ambos tendentes a fazer da arbitragem uma alavanca dos poderosos. Não obstante o apoio que lograra o projeto americano, o México intercepta-lhe o avanço com uma emenda justa, que facultava às partes "a liberdade de organizarem por mútuo entendimento uma jurisdição especial". O espírito liberal da emenda encontra o apoio de Rui, que lhe dá imediatamente sua adesão; mas o projeto americano, fazendo a sua marcha, de acôrdo com os desejos dos dirigentes da assembléia, desemboca na proposta da criação de uma Côrte de Justiça Arbitral, composta de 17 membros, oito escolhidos pelas oito grandes potências; oito indicados por oito grupos de nações, cabendo à Holanda, como dona da casa, completar o número com uma indicação.

A revolta do delegado brasileiro em face do projeto expressava-se no trecho do telegrama que, a 3 de agosto, enviava a Rio Branco, rogando-lhe que interviesse em Washington para que semelhante humilhação não nos atingisse. "Verificada esta — concluía — não compreendo como o Brasil possa dignamente continuar na Conferência."

Atento como um sismógrafo aos menores rumores que vinham da Europa, o Barão captara imediatamente a gravidade da informação que lhe era transmitida. Movendo junto à Casa Branca e ao Departamento de Estado a inteligência e o prestígio de Nabuco, esperava encontrar uma retificação para semelhante projeto, — mas qual! — o Root que dirigia a política internacional americana não escutava o Root que, em 1906, considerava com os mesmos direitos "o mais fraco membro da família das Nações e o maior império". Ouvindo com a deferência e a estima que votava ao nosso Embaixador em Washington os ins-

tantes apelos do Brasil para que a delegação americana adotasse em Haia uma atitude liberal, desatrelando-se do carro das grandes potências para sustentar conosco o princípio de igualdade das soberanias, declarava-lhe haver recomendado ao delegado Buchanan que prestigiasse sempre a América Latina, mas não se atrevia a desautorizar a conduta de Choate, "achando impraticável que pequenos países como Haiti e São Domingos tivessem voto igual às grandes potências".

A contradição do Secretário do Departamento de Estado com o orador do Congresso Pan-Americano de 1906 — discretamente "*mise en valeur*" pelo Barão — afastava de nós a possibilidade de um apoio que seria fundamental para a causa, isolando-nos ao lado das nações fracas, que defendíamos. Nem assim se dobrou a resistência da chancelaria brasileira e de sua delegação. Rio Branco e Rui — honra lhes seja — rivalizaram sem rivalidades na bravura com que se mediram de um lado e de outro do mar. Nem se poderia dizer quem foi maior naquele instante em que se empenhava a honra do Brasil: se o Embaixador que sustentou uma causa que viria a ser uma conquista da nossa época, ou se o Chanceler que sustentava o Embaixador, repartindo em segredo os sacrifícios da luta, para atribuir-lhe depois os lauréis da vitória. Já que tocamos nesse ponto, ressaltemos o quinhão que também nêle cabe àquele modesto e refletido presidente que foi Afonso Pena, colega de Rui na Faculdade de S. Paulo, tão associado ao drama do nosso delegado, que entendia não devermos assinar a convenção respectiva, se dela não saísse o país com um lugar permanente na Côrte de Justiça Arbitral.

Por influência das novas instruções que acaso recebera do Departamento do Estado, ou pela firmeza com que a chancelaria brasileira sustentava a sua tese, ao ponto de frisar que "para tratar dessa maneira os países latino-americanos, era melhor não os ter convidado", o certo é

que se amainaram as disposições de Choate e que, postas as coisas num terreno conciliatório, o projeto anglo-germano-americano cedia lugar ao princípio da igualdade jurídica dos Estados, abrindo margem a composições como a indicação francesa, proposta por Léon Bourgeois. Segundo esta, "um corpo eleitoral construído pela côrte de 1889, aumentada de representantes das potências que à mesma aderissem até o fim de 1907, elegeria a côrte futura, sendo o critério de eleição a competência de cada um dos escolhidos e não a nacionalidade, a fim de imprimir à nova côrte uma reputação jurídica e não um caráter político".

Tanto pelo alcance da proposta, como pela sua origem — uma delegação cuja atitude *vis-à-vis* da nossa era de militante simpatia — a fórmula francesa satisfazia a Rui, oferecendo um único risco: "o de que não fôsse eleito nenhum brasileiro". Mas êsse mesmo risco redundaria em prestígio de nossa atitude, para documentar perante o mundo "que não disputávamos lugares; advogávamos idéias". As disposições conciliatórias do chefe de nossa delegação não lograram, porém, convencer de todo a chancelaria brasileira, sensível aos movimentos da opinião nacional, que reclamavam para a completa vitória do país a nossa presença no tribunal que fôsse criado. A firme atitude do Barão iria à intransigência com que votamos contra o novo projeto americano, apresentado a 18 de setembro e que, "obedecendo ao princípio da igualdade dos Estados, Hildebrando Accioli considera "moldado em termos aceitáveis" e, sob aquêl ponto de vista, superior ao que, anos depois, foi adotado para a eleição da Côrte permanente de Justiça internacional". (*)

(*) Por aquêl projeto americano, que a Segunda Conferência de Haia não aprovou, "cada parte contratante teria a faculdade de nomear um juiz e um suplente, cujos nomes seriam transmitidos à secretaria internacional da Côrte. A secretaria, por sua vez, organizaria uma lista de todos os nomes indicados

Falhando êsse projeto, falhariam todos os que a êle se seguiram, só ficando a flutuar na discussão o voto de Sir Edward Frey, 1.^o delegado da Grã-Bretanha, em favor da organização de uma côrte de justiça arbitral, sem especificações nem fórmulas que contrariassem a igualdade jurídica dos Estados.

Ora, desde que êsse princípio não era ferido, estava vitorioso o ponto de vista brasileiro na assembléia. Hostilizar uma idéia que se desvestia de seus aspectos drásticos para oferecer-se a todos os países — grandes ou pequenos — como um convite e nunca como uma imposição, seria cair na intransigência. Rio Branco e Rui aceitaram o voto em favor de uma côrte de justiça arbitral, subordinando-o, porém, à igualdade jurídica, de que se haviam tornado os campeões.

Com êsse episódio — o mais longo e dramático de tôda a Conferência — encerrava-se uma velha discussão e abria-se um novo capítulo na história.

Em verdade, a obra de Rui, ao contrário do que se afigurou a Léon Bourgeois, não foi obter a igualdade jurídica dos Estados para o seu país igualar-se aos pequenos, mas precisamente para fazer desaparecer a hegemonia dos grandes. Êle não empregou o “melhor de seu esforço e os tesouros de seu saber” para lograr que, com ela, saísse o Brasil “o igual de Nicarágua, o igual de Honduras e o igual de Sião” quando, com “um pouco mais de diplomacia”, à custa do próprio tema, obteria que o seu país *tão rico e tão grande sob certos aspectos*, se engrandecesse, como Estado, dentro da organização política do mundo, terminando a Conferência como o *igual* da França, o *igual*

e a transmitiria a tôdas as potências contratantes. Cada uma destas escolheria, de tal lista, quinze nomes para juizes e outros quinze para suplentes. A secretaria da Côrte recolheria essas indicações e, pela apuração dos nomes mais votados, verificaria quais os eleitos”.

da Inglaterra, o *igual* dos Estados Unidos". Nada disso. O que Rui defendeu — e escapou à perspicácia do pensador francês — não foi que um viesse a ser igual a poucos; mas todos iguais a um.

Tal objetivo — que pode ainda hoje ser utopia, mas já é menor do que o foi — mostra a clarividência, a capacidade do Mestre em aproximar-se do futuro. O esforço de persuasão, que há quarenta anos atrás Bourgeois lamentava como um erro, é hoje a lei que governa as relações entre os povos, tragam eles no sangue a herança dos *vikings* e dos *quakers* ou carreguem nas faces o sêgrêdo tribal dos tagalogos. Quando vemos, hoje, por exemplo, um índio filipino, saído de uma taba javanesa, assumir a presidência da O.N.U. e dirigir em inglês um conclave de nações livres, — soberanias e potências — mal podemos imaginar que isso só se tornou possível porque, quatro décadas atrás, um homem enfrentou sozinho a mentalidade de uma época — não para que um fôsse como os outros; mas para que todos fôssem iguais entre si.

Esse triunfo — que é a grande conquista moral do mundo moderno — começou a florescer em Haia depois da primavera de 1907, que levara consigo as tulipas dos campos e jardins...

Celebrando agora o centenário de Rui Barbosa, quis a Holanda batizar com este nome uma das liliáceas que repontam anualmente de seu solo, como a flor nacional.

E formou um contraste, antítese que pode, amanhã, familiarizar os viajantes que por ali passem com a nova espécie batizada, mostrando-lhes a grandeza deste símbolo: como a natureza sabe renovar, de doze em doze meses, o que a humanidade só de cem em cem anos é capaz de criar.

RUI
e a reforma do conceito de neutralidade



QUE era, então, a neutralidade?

Todos ou quase todos os internacionalistas consideravam-na como o direito que exercia uma nação de conservar-se alheia às guerras se não estava em perigo sua soberania.

O século XIX cristalizou êsse conceito, apesar das dificuldades para regulamentar de um modo preciso e justo os direitos e deveres dos neutros. Os que porfiaram em estudar as origens da palavra e foram aos textos antigos buscar as luzes do étimo não encontraram nenhum vocábulo que correspondesse à expressão de nosso tempo. Era um vocábulo pagão à procura de um batismo clássico. Nenhum exprimia aquilo que hoje entendemos por neutralidade. E ainda mesmo aquêles que recorreram a Grotius, autor do *De Jure belli ac pacis* — espécie de Bíblia do direito internacional — nada encontraram como roteiro para o estudo histórico do termo.

A doutrina que dêle se gerou quis estender os fundamentos de um simples barbarismo a uma época que não lhe conhecia o sentido. Só com Botero, em 1598, a palavra *neutralidade*, inscrita em *Della razione di Stato*, ensaia essa idéia de abstenção no litígio entre os povos. E apenas com Galiani, em 1782, adquire a nitidez de um traço de imparcialidade na ordem internacional.

Daí por diante, toda uma bibliografia intenta dar interpretação a um estado de espírito que foi buscar na voz latina *neuter* a norma que se traça o Estado de permanecer à parte nos conflitos externos, procurando resguardar apenas a inviolabilidade de seu território.

Surgiu um corpo de doutrina para definir os direitos e deveres dos neutros. Em breve, porém, a prática das guerras demonstraria que tais direitos e deveres de nada valiam em face das circunstâncias. Estas é que ditavam a lei, isto é, o *fato*.

As necessidades dos beligerantes foram mais fortes do que as convenções e tratados, subordinando êstes e aquelas a um papel puramente teórico em face dos acontecimentos.

A liberdade econômica dos neutros passou a depender de quem possuísse nas mãos a chave dos caminhos. Os bloqueios marítimos anularam as garantias do comércio livre, submetendo a economia dos povos à conveniência dos beligerantes. Na guerra de 14, a Inglaterra bloqueou os impérios centrais, isolando-os dos mercados de abastecimentos e matérias-primas. A Alemanha respondeu com a campanha submarina, torpedeando todos os barcos que levavam aos seus inimigos os recursos que lhe eram vedados.

Sob o ponto de vista do direito internacional, tanto um como outro atentavam contra a livre economia de nações pacíficas; mas, sob o ponto de vista bélico, ambos defendiam a sua própria conservação, ameaçada pelo tráfico do comércio neutral.

Sistematizando o instituto jurídico da neutralidade, o século XIX não poderia prever as surpresas do século XX.

Os conflitos desencadeados em nosso tempo, subvertendo os princípios morais e humanos que haviam nivelado êsse instituto, criaram a atmosfera, capaz de modificá-lo, afeiçoando-o aos imperativos da hora.

Coube a Rui Barbosa a tarefa de mostrar ao mundo que a neutralidade devia ser ação, e não omissão. Que o seu caráter e o seu papel exigiam agora outra investidura. E que o conceito moderno tinha de ser diferente do antigo. Já lhe havia cabido, em 1907, sustentar a igualdade jurídica das soberanias; caber-lhe-ia, em 1916, fazer da neutralidade um exame, em vez de uma abstenção.

Onde e quando surgiu a reforma do conceito? Foi na célebre conferência de Buenos Aires, realizada a 10 de julho de

1916. Rui seguira para a Argentina, como chefe da Embaixada brasileira ao centenário do Congresso de Tucumán, que ali se festejava a 9 do mesmo mês.

Por uma casualidade, ou melhor — por uma providência — decidira-se a aceitar o convite que lhe fizera o presidente Venceslau Brás para pôr-se à frente da missão especial. Já o havia recusado uma vez; em carta de 10 de junho comunicara-o ao Ministro das Relações Exteriores. Este, porém, relutava em aceitar a recusa, sem imaginar que de tal insistência viria a resultar mais tarde sua queda do Ministério.

João Mangabeira põe-nos em contacto com a cena verificada no mesmo dia 10 de junho, aniversário de Alfredo Rui, quando Lauro Müller, recorrendo às influências da família Rui Barbosa, foi à residência do filho dêste, à Rua Senador Vergueiro, insistir com o Conselheiro para aceitar o convite.

Encontravam-se reunidos à mesa Rui e vários amigos da família, entre os quais o autor do relato, quando anunciaram a presença do Chanceler. Depois que o Conselheiro se levantou em companhia do filho e de Batista Pereira para ir ao encontro do visitante, um dos presentes considerou em voz alta, como se percebesse naquela visita um arranjo previamente combinado :

— “Rui sozinho numa sala com aquêles três mágicos, já sei do resultado — está embrulhado.”

Após uma hora, em que os convivas se divertiam em considerar os efeitos daquela entrevista, êle regressa à mesa, depois de haver despedido o Chanceler.

O major Carlos de Aguiar, a quem se atribui a história, desfecha-lhe a pergunta à queima-roupa :

— “Foi embrulhado, não ?”

E o velho Conselheiro, ainda acolitado pelo filho e pelo genro, contesta a sorrir :

— “É verdade.”

O outro repete-lhe então a profecia que fizera. E todos riem gostosamente do cálculo e do acêrto.

Mal sabiam, porém, que naquela hora, com a aquiescência de Rui, derrubava-se o velho conceito de neutralidade; defini-se a posição do Brasil na guerra; e o Chanceler, que ali fôra insistir pela aceitação do convite, seria arrastado à queda em consequência da *secousse* provocada no país pela lição de Buenos Aires.

*

* *

Essa lição representou, em verdade, o último capítulo de Haia. Capítulo que as circunstâncias do momento punham em grande evidência, dada a situação do continente americano em face do conflito europeu. Quando Rui se decidiu a falar do alto daquela tribuna internacional, as posições não estavam tomadas, nem ao norte nem ao sul. Os Estados Unidos forneciam armas e mantimentos aos aliados, mas conservavam-se politicamente afastados da guerra, desfrutando os benefícios de uma neutralidade que um dia lhes poderia ser funesta. Não existia verdadeiramente uma fronteira entre o bem e o mal, apesar das violações do direito e dos atentados que mutilavam a carta política da Europa. Rui dera o grito de alerta e escolhera a sua trincheira desde a invasão da Bélgica; mas era ainda uma grande voz isolada à espera que a oportunidade lhe desse ressonância para chegar a tôdas as consciências.

A tribuna de Buenos Aires operou o milagre. Vinte e quatro horas depois, o discurso da Faculdade de Direito marcava um instante universal, um daqueles momentos estelares que poderiam figurar entre os decisivos capítulos do mundo, focalizados por Stefan Zweig. Em sua magistral oração, Rui não poupou as hesitações e a tibieza dos governos da época em definir a postura do continente americano em face da civilização ameaçada. Já o fizera, já o vinha fazendo antes, desde que a Bélgica sentira nas carnes a bota do invasor. Naquela hora, porém, sua presença na tribuna internacional revestia uma importância máxima, porque, pela voz do jurisconsulto, houve quem insistisse em ouvir o Embaixador especial de seu país.

A oração de Buenos Aires chegou a todos os meridianos quase com a velocidade do som. Fêz estremecer o ambiente europeu e americano, levantando ondas de entusiasmo e produzindo cóleras subterrâneas. Houve quem visse nela uma exorbitância de mandato. Ao assomar à tribuna da Faculdade de Direito, Rui não carregava apenas a bagagem do jurista, mas as credenciais de Embaixador. Daí a censura com que o alvejaram, pretendendo enevoar-lhe a irradiação. Era tarde, porém, para conter os efeitos morais da conferência. Tarde e inútil. Ela abria caminhos no mapa e nas consciências, destruindo as fronteiras da neutralidade e fazendo com que as nações hesitantes buscassem o seu lugar no campo de honra. Da Europa os cidadãos norte-americanos enviavam ao presidente Wilson, sob a capa de mensagem, um convite à decisão, fazendo-lhe ver que, uma vez que não lhes fôra dado assinalar uma data histórica com o seu protesto, deviam, ao menos, unir a essa data a devida solidariedade. A Câmara Argentina, por sua vez, aprovava por unanimidade a proposta de seu presidente, ao congratular-se com a nação por haver sido escolhida a tribuna de Buenos Aires como porta-voz de idéias tão nobres em tempos tão trágicos. E, como remate da ressonância universal da idéia, Clemenceau a resumiria num disco de eloquência, cunhando-a para a universalidade na moeda de seu estilo.

Chegamos precisamente aqui à altura do duelo entre dois conceitos diferentes: o da neutralidade passiva e comodista, alheia aos dramas do mundo, e o da *neutralidade vigilante e judicativa*, que Rui Barbosa propunha para substituir o outro: o da *neutralidade inerte e surda-muda*.

Para valorizar a oportunidade em que foram proferidas as memoráveis palavras da Conferência de Buenos Aires, é necessário retroceder ao ambiente internacional de 1916, quando a inércia gelava a consciência coletiva diante das façanhas em que se desbordava o militarismo alemão. A sorte das armas era favorável aos Impérios centrais. E uma prudência excessiva parecia acumpliciar as nações neutras com as atrocidades que manchavam o solo da Europa.

Rui Barbosa não esperou que os aliados reunissem os recursos de que necessitavam para mudar o curso dos acontecimentos. Desde a invasão da Bélgica tomou a posição que lhe indicavam seus deveres de jurista e de juiz. Logo, sua atitude na contenda data dos primeiros dias da Guerra, quando era violada a neutralidade de uma nação pelas conveniências de outra. Aceita a presidência de um órgão constituído de intelectuais — a Liga pelos Aliados — e a sua presença tira o caráter platônico do movimento para dar-lhe um sentido político e popular. Em torno dessa entidade agrupa-se e forma-se a opinião do país. Graças a esse núcleo, o Brasil já não é uma testemunha passiva do conflito. Em um depoimento oportuno, prestado recentemente pela coluna do *Figaro*, Paul Claudel, antigo Embaixador da França no Rio de Janeiro, resume as facilidades que encontrou em sua missão na América do Sul para mover a simpatia do hemisfério austral em favor da causa dos aliados. Nada lhe foi preciso fazer, porque Rui fazia tudo. Estávamos em 1917 — no momento crucial da luta. “Verdun venait de finir dans une mer de sang. Après la Somme, après le Chemin-des-Dames, la France épuisée, saignant de toutes ses artères, avait dû repousser de nouveaux assauts. Trois fois en 1918, malgré l’entrée en scène des États-Unis, le fer s’approche de son cœur. Notre pays cherche partout des secours et des concours. *Vos saltem, amici mei!* Et au premier rang de ces amis, comment n’aurions nous pas songé au Brésil?”

Chegando ali como advogado de uma causa naquele momento quase perdida, Claudel já encontrara Rui na barricada. Graças a êste, as fronteiras do coração brasileiro já estavam em Verdun. Isso explica que o papel do nosso Embaixador francês se reduzisse, para honra nossa: “celui de le laisser faire, celui de le laisser parler, celui de le laisser être! celui de le laisser aspirer jusqu’à l’incandescence toute l’âme genereuse de ce grand pays”.

Com a Conferência de Buenos Aires — cabe aqui acabar com a controvérsia — Rui Barbosa não comprometera a palavra de seu governo, ainda que houvesse falado no recinto da Facul-

dade de Direito de Buenos Aires com a autoridade de Embaixador.

Ele próprio excluía o fato político do lado jurídico, assinalando que não era o Enviado especial do Brasil quem recebia e agradecia naquela hora o título de professor honorário da Faculdade de Direito de Buenos Aires, mas sim o jurisconsulto, o intérprete da lei. Ali não estava o mandatário de um governo, mas o homem que ainda trazia nos ombros a carga dos trabalhos da última Conferência de Haia e exercia havia nove anos a judicatura da Corte Permanente de arbitragem. Portanto, acima do plenipotenciário, ali falava o juiz.

Essa ressalva poupava a autoridade diplomática de que estava investido e atingia sua finalidade: sacudir a opinião universal flutuante, indecisa, arrastando-a à evidência de que as regras da neutralidade não deviam ser modificadas no sentido da proibição do comércio de armas, uma vez que semelhante medida não aproveitaria senão ao militarismo mundial. A reforma a que urgiria submetê-la convinha fôsse feita em sentido oposto, no sentido pacificador da justiça. Daí o conselho magistral que saiu de sua pena e devia estar inscrito em todos os códigos de direito público internacional, gravado em todos os anfiteatros em que se discute a sorte das soberanias :

"Entre os que destroem a lei e os que a observam não há neutralidade admissível. Neutralidade não quer dizer impassibilidade; quer dizer imparcialidade; e não há imparcialidade entre o direito e a justiça. Quando entre ela e ele existem normas escritas, que os discriminam, pugnar pela observância dessas normas não é quebrar a neutralidade: é praticá-la. Desde que a violência pisa aos pés arrogantemente o código escrito, cruzar os braços é servi-la. Os tribunais, a opinião pública, a consciência não são neutros entre a lei e o crime. Em presença da insurreição armada contra o direito positivo, não pode ser a indiferença, não pode ser a insensibilidade, não pode ser o silêncio."

A Conferência de Buenos Aires é uma peça inteiriça, sólida, imperecível. Comporta fragmentos e trechos da mais alta importância jurídica ou da mais perfeita beleza literária, como a crítica ao dogma do direito da guerra ou o capítulo sobre a significação dos *farrapos de papel*. Ele marca um dos instantes áureos da eloquência universal. Nada, porém, é mais lúcido nem mais convincente em todos os seus aspectos do que os parágrafos consagrados à reforma do conceito de neutralidade, com esta conclusão, que derrubou uma teoria gasta e imprimiu outros deveres ao papel dos neutros :

“Os Estados soberanos não se reuniram durante longos meses na capital da Holanda, para examinar didaticamente os problemas do direito das gentes. A Conferência da Paz não foi uma academia de sábios, ou um congresso de professores e jurisconsultos, convocados para discutir métodos e doutrinas: foi a assembléia plenária das nações, onde se converteram os usos flutuantes do direito consuetudinário em textos formais de legislação escrita, sob a fiança mútua de um contrato solene. Desde então os governos que o assinaram, se não se constituíram em tribunal de justiça, para sujeitar os transgressores à ação coercitiva de sentenças executórias, contraíram, pelo menos, a obrigação de protestar contra as transgressões.

Essa é, portanto, uma situação inquestionável que os Estados firmaram pelas convenções de Haia. Esse é um direito, que a neutralidade, mediante elas, conquistou, e um dever, a que por elas se submeteu: o direito e o dever de constituírem um tribunal de consciência, uma instância de opinião, uma alçada moral sobre os estados em guerra, para lhes julgar os atos, e lhes reprovar os excessos.”

Trinta anos depois da profética oração de Buenos Aires, as nações egressas da maior catástrofe da história reuniam-se apressadamente em Lake Success, para tentar mais uma vez, com a justiça internacional dos Estados, sustentar o princípio

da neutralidade vigilante e judicativa, de que Rui Barbosa foi o paladino incontestável.

Debruçando-se sobre o espetáculo, o faisão de Rostand ouve o concêrto e exclama :

Ils chantent dans du rose...

E, distante de nós, a voz de Chantecler ouvindo os outros galos :

Ils croient à la clarté dès qu'ils peuvent la voir.



RUI,
o clássico do século



ESTA é a segunda vez que a Academia das Ciências de Lisboa se reúne em preito público ao “mestre das três tribunas” — apelido com que a prosa modeladora de Júlio Dantas fixou as três dimensões do gênio, no metal de seu estilo.

Em agosto de 1918, quando o Brasil lhe festejou o dia jubilar, aqui se reuniam as glórias das letras portuguesas, para coroar-lhe a ascensão; hoje, na data precisa do Ano Áureo, as vozes da inteligência e da cultura lusitana voltam a congregar-se a fim de celebrar-lhe a apoteose.

Ao receber o convite para participar da cerimônia desta noite, — como ocupante eventual da cadeira, que êle deixou para sempre preenchida pelo seu clarão — meu primeiro cuidado foi o de ir ao inventário de suas grandezas, para ver qual delas melhor se ajustaria à tradição e nobreza dêste anfiteatro.

De tantas manifestações do saber humano, não me pareceu difícil escolher a que devia servir, por excelência, ao mandato recebido.

Entre estas paredes seculares, forradas de livros, — de onde nos espiam tôdas as épocas e culturas, — o que cabia situar da data de 5 de novembro de 1949, que assinala no calendário intelectual das duas pátrias o nascimento de Rui Barbosa, era a presença do orador extraordinário, cujo poder de expressão e domínio de todos os segredos da língua deveria torná-lo o clássico do século, o maior dos vernaculistas contemporâneos.

Essa a razão pela qual, sem desprezar as outras fôrças, que nêle somaram o jornalista, o jurisconsulto, o parlamentar, o

diplomata e o homem de Estado, busquei concentrar a atenção no artista literário — no puro artista da palavra — limitando-me a um dos aspectos de sua personalidade, uma face de sua obra, que alguns julgarão, por acaso, a menos importante, e outros, a muitas luzes, a maior.

Ele próprio, solicitado por tantos convites da inteligência, envolvido pela enciclopédica vastidão dos conhecimentos, teria subestimado a faculdade mestra do seu espírito, crendo que o papel que lhe estava indicado no cenário da vida americana avassalaria o lado estético da sua obra; e que a beleza de suas páginas obedecia apenas ao desejo de tornar menos árido o pensamento.

Esquivava-se, assim, modestamente, aos apelos da vaidade literária, entendendo que, em sua existência, as letras entravam somente como uma forma de vestir as palavras, não de eternizá-las.

Sempre se recusou o título de puro artista. Entretanto, escreveu versos na mocidade; traduziu o Leopardi; compôs a *Oração do Filho* e *Prece de Natal*. E nem os Flauberts nem os Goncourts foram tão zelosos no estilo.

Teria razão em suas escusas? perguntamo-nos hoje. Porque justamente o que conta agora em sua vida, — distanciadas as refregas políticas, que a agitaram, serenado o ambiente em que exerceu o papel de girondino, — é a forma em que vazou a paixão da luta.

Negando-se a aceitar a condição de puro artista literário, Rui considerava-se, sobretudo, homem de ação, crendo que a política, o direito, as questões religiosas e morais, os problemas sociais, projetos, reformas, pareceres e códigos é que dominavam o campo da sua atividade intelectual, arrastando-o para os comícios, para os tribunais, para a arena jornalística e parlamentar. Resumira a sua trajetória em três palavras triangulares: ação, peleja e apostolado.

Contrariando suas opiniões, podemos dizer que artista e homem de combate, ambos êsses títulos lhe cabem. Ajustam-se, sem chocar-se; coincidem, sem repelir-se.

Os grandes mestres e capitães da antiguidade foram, como ele, simultâneamente artistas e homens de ação. E, se perderam como tal, foi exatamente por serem artistas. Péricles, Júlio César, Cícero, Catão, Aníbal, para citar apenas um punhado de vidas paralelas, não deveram sua glória apenas às campanhas e lutas que lhe deram lugar na história, mas também às obras-primas que delas se geraram.

É injusto e desarrazoado pretender que a glória de Rui esteja somente na ação política ou na esfera internacional, separando o apóstolo do artista, para que o estoicismo daquele se avantaje à magnificência deste. A imagem de Rui é um bloco inteiriço, que não permite mutilações de nenhuma espécie. Fragmentá-lo na sua estrutura, para que o sábio e o artista cedam o lugar ao lutador político, seria o mesmo que tentar subdividir as águas de um oceano ou desmontar o curso orográfico de uma cordilheira.

Rui é a grandeza que resiste à tirania dos compassos e à dialética das interpretações. Sua vida e seu gênio formam um jôgo que, parecendo à primeira vista contraditório e chocante, adapta suas discordâncias e equilibra seus conflitos.

Para ser o que foi e representar o que representou, precisava justamente de sofrer a hostilidade e incompreensão do ambiente, rebelando-se para crescer e perdendo terreno para trasbordar. Se as circunstâncias da sua vida, em vez de o modelar, para o combate, houvessem sido favoráveis às suas idéias e pregações, onde estaria a chave do seu triunfo, — a chave com que hoje abrimos as portas do seu primeiro centenário, celebrando, ao mesmo tempo, um testamento político e um inventário intelectual ?

Não é das vitórias fáceis nem dos prêmios apressados que se nutre a paixão do gênio. Para realizar seu destino, é mister que a vida lhes ensine a enfrentar os temporais. Seu alimento não é a paciência; é a adversidade.

Foi precisamente neste clima que Rui empreendeu as suas memoráveis batalhas, transformando em oiro a poeira da estrada.

A sua posição na história literária do idioma é a do alquimista que, com os destroços e detritos a que reduziu os adversários, conseguiu uma liga poderosa, capaz de forjar em bronze as suas páginas.

É por isso que hoje nos reunimos novamente dêste lado do Atlântico, em assembléia de reconhecimento público, para retificar o melancólico raciocínio da sua jornada, dizendo-lhe pela voz da nossa e das gerações vindouras :

— Não, não foram escassos e tristes os frutos da tua vida. Ainda que os ideais fôssem belos e grandes, eles os excedem em opulência e esplendor. Teu ciclo não se conta apenas pelas batalhas, pelas investidas e miragens, pelas derrotas e desenganos. Suas raízes não procuram o terreno movediço em que vicejam apenas as plantas rasteiras; penetram fundamentalmente um solo germinado de cultura, capaz de oferecer à árvore toda a seiva da terra. Teu destino não avulta pelo êxito político nem se trunca por obra da desfortuna. É superior aos chamados do interesse humano e sobrevive às perfídias da cegueira partidária ! Acima de um testamento político, deixaste à tua pátria e à tua língua um *estilo*. Ninguém mais poderá claudicar na pureza dos códigos, na perfeição dos textos, porque pairando em torno das novas leis que se criaram, das novas Constituições que se fizeram, haverá sempre uma obra a respeitar, um mandamento a cumprir: a *Réplica*. Sim — “a *Réplica*” — “monumento de lingüística e de dialética”, da qual disse Cândido de Figueiredo que basta folheá-la, para ver que “ainda não se publicou obra mais profunda e mais prestadiça, em assuntos de língua portuguesa”.

E que diria ele, se visse o seu *Dicionário* anotado, reformado, completado pela sua paciência, cuidado e erudição? Em suas memórias, ainda inéditas mas destinadas a formar um capítulo da história literária de nosso tempo, cita Joaquim Leitão a pergunta que não conteve, quando se viu diante da sua imagem:

— Mas, Conselheiro, como chegou a escrever tão sãbiamente o nosso idioma ?

E tu, numa confissão de aprendiz modesto:

— Lendo Vieira; lendo Vieira; lendo Vieira.

A êsse diálogo acrescentarei, por minha parte, que *Os Sermões* do Padre, comentados pelo teu esmêro literário, formam quase outros tantos volumes.

Voltando ainda uma vez à *Réplica*, penso que ela vale mais para o patrimônio intelectual do Brasil e sustentação jurídica da língua, que escrevemos, do que valeria um quadriênio presidencial, vivido no meio das inevitáveis transigências. Em vez de assinar decretos, que dormiriam hoje nos arquivos burocráticos das secretarias, assinaste páginas que convocam em torno de teu nome a cultura de dois povos, beneficiada pela riqueza que trouxeste ao idioma comum, fazendo reviver vocábulos mortos, punindo o contrabando de palavras, solicitando aos clássicos o remédio vernáculo para elas; desempoeirando expressões perdidas nos velhos textos; expondo na galeria modelar de teus discursos a joalheria do idioma em tôda a gama da sua sinonímia ou das suas analogias. Graças a êste poder verbal sem contraste, de que só seria capaz em seu tempo Camilo Castelo Branco, escravizaste ao teu domínio o dicionário da língua, fazendo com que acorressem à tua pena, prestando-lhe obediência, todos os verbetes de boa origem. O artista logrou a desforra do político, pagando-lhe com juro a ambição preterida. Porque se é verdade que, na vida pública, jamais pudeste vencer as barreiras que teus antagonistas opuseram ao teu idealismo militante, na arena do espírito tiveram êles de expiar como réus os seus pecados políticos, levados ao pelourinho com um simples adjetivo desferido de tua aljava. Testemunhando a supremacia do artista sobre as deficiências e fragilidades dos seus contendores, pôde Constâncio Alves fotografar o teu labor estilístico nestas palavras que celebraram teu jubileu literário: “escolheis, num repente infalível, os vocábulos que o acaso pede; os que afagam como arminho e os que esmagam como maçãs de armas; os que vestem de púrpura e os que cobrem de ridículo; os que, como Bayard, vingam afrontas com golpes perduráveis nas cicatrizes das feridas e no espanto dos assistentes; os que, como o

bom Samaritano, trazem o bálsamo no alforje e na alma a compaixão. Num relance, se quisésseis, encontraríeis o substantivo capaz de acabar um homem e os adjetivos precisos para o levar ao cemitério”.

Poderia ilustrar-se esse recorte epigráfico evocando-se algumas peças, em que a perfeição da tua pena desafia o *cortile* de um Donatelo: as orações sobre a *Caridade*; a *Justiça e a Morte*; a *Prece de Natal*; a *Cruz e o Mar*; o *Credo Político*; as páginas sobre as andorinhas de Campinas; sobre o caranguejo; o direito da vaia; o jôgo; o estouro da boiada; a couve e o carvalho; o elogio de Machado de Assis; a saudação a Anatole France (escrita em uma língua que se diria haver florescido nos jardins de Renan); os períodos candentes da campanha civilista; a conferência de Buenos Aires, que definiu a orientação do Brasil, nas duas últimas grandes guerras da História; e, por fim, a magistral caricatura da banda alemã, com que satirizaste os políticos de teu tempo, reduzindo-os à cômica expressão de fantoches musicais, a soprar mecânicamente os seus instrumentos.

Seria um nunca acabar a citação de todos os trechos que, colhidos em tua obra, enriquecem as arcas da língua, e passaram a figurar no coração das antologias.

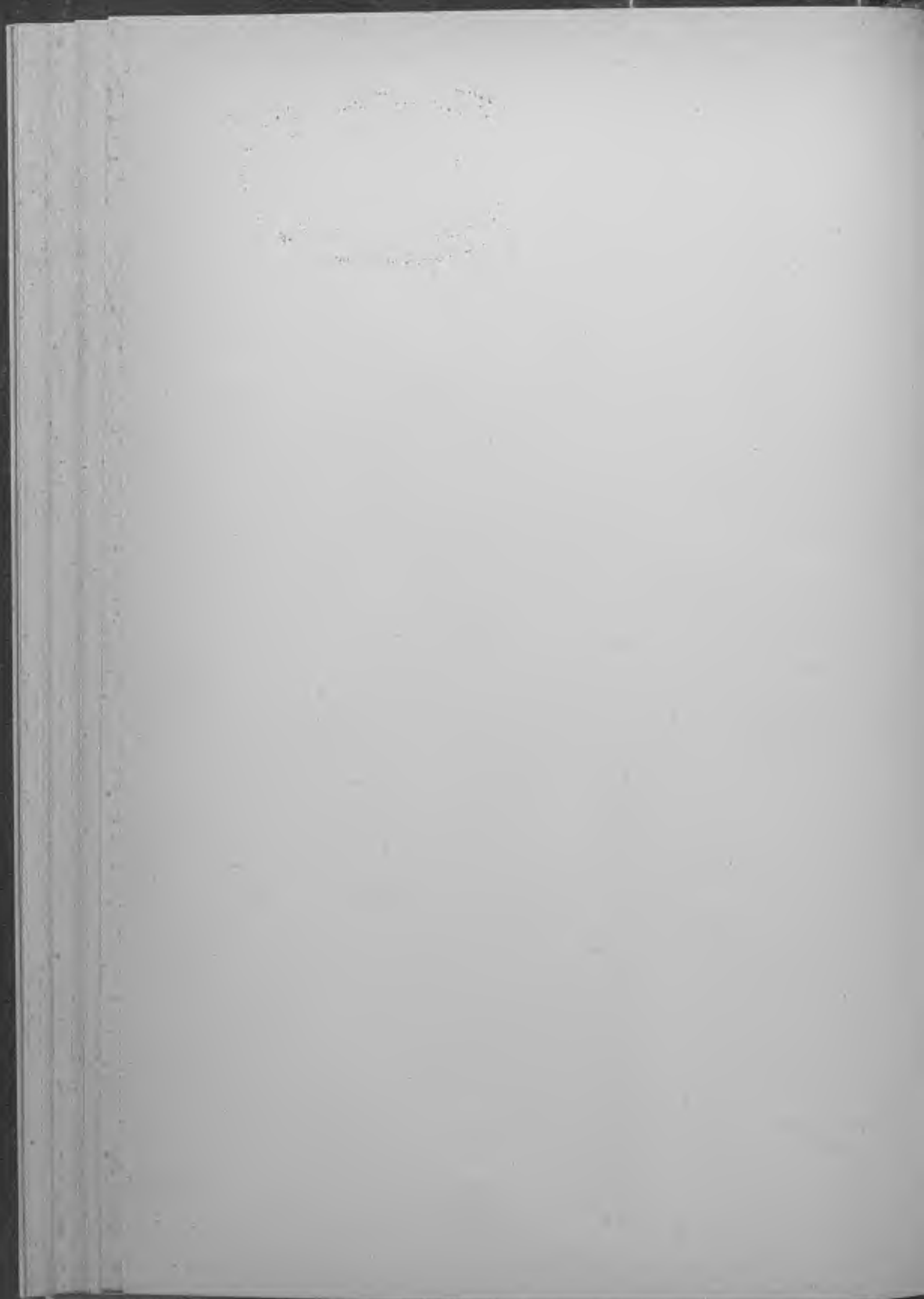
Arrastado pela paixão ou pelo dever, escreveste mais do que ninguém, — e como ninguém, — páginas que, mal saídas dos comícios, se incorporaram na literatura e na história, sacrificando o político e eternizando o escritor.

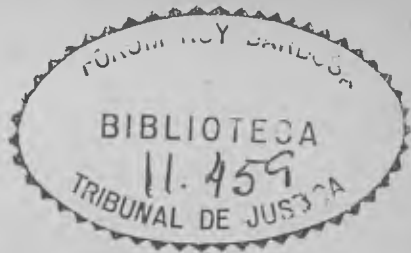
Tua glória literária, eclipsando tôdas as virtudes que ornaram uma personalidade humana, resplende nesta hora no velho solar da língua, como a maior conquista, que Portugal tivesse conseguido para a imortalidade e universalidade do idioma. Porque, se um dia, uma dessas infernais máquinas de guerra, que dormem nas jazidas de urânio, desencadeasse nos céus da Europa a revolta dos átomos, dando ação a um daqueles “cataclismos imaginários” de que, em 1897, nos falava Graça Aranha;

se, por fatalidade, se perdessem, então, os tesouros de Vieira e de Bernardes, de Herculano e de Camilo, a "posteridade cuidadosa poderia restaurar quase toda a língua que hoje falamos no que há de mais puro, copioso e forte", compulsando as tuas obras, e reaprendendo e venerando nelas o amor de seus clássicos.



RUI
e José do Patrocínio





PARA escrever as vidas paralelas, buscou sempre Plutarco figuras que fizessem jôgo pelas suas semelhanças, origens ou analogias.

Assim é que vieram à luz, nas páginas que mais falaram à sensibilidade do mundo antigo, as imagens de Teseu e Rômulo, ambas geradas de deuses; Licurgo e Numa, para os quais a fortuna ou a virtude das cidades não estava nas leis escritas que se fizessem, mas nos bons costumes que se seguissem; Sólon e Publicola, precursores das leis de economia dirigida que regem os povos modernós, como índices de que nada há de novo sob este velho sol que nos vem da Grécia e de Roma iluminando os negócios de exportação; Temistocles e Camilo, idênticos no ódio aos poderosos e no amor da coisa pública; Péricles e Fábio Máximo, exemplos excelentes para a nossa época, de que a melhor maneira de conquistar o aprêço das multidões é usar a boa linguagem em vez do mau calão; Alcibiades e Coriolano, duas formas de tirania que se aproximam na prática, utilizando o engôdo ou a violência para o mesmo objetivo; Fócion e Catão, o menor, cujo sobrecenho cerrado queria significar aos seus povos que em nada lhes prejudicava a severidade, ao passo que o riso de alguns já fizera chorar a muitos.

Longe iríamos no balanço retrospectivo das circunstâncias ocasionais que associaram os varões do mestre de Queronéia. O que desejamos assinalar, com a evocação daqueles nomes, é que vidas paralelas não são apenas as que se ajustam por suas parecenças, senão também pelos seus contrastes; as que se

nivelam por suas altitudes, mas também as que se projetam por suas disparidades.

Nesse particular, nenhum antagonismo é mais sensível e pronunciado do que aquele que uniu, em determinado instante, e desuniu, em certa hora, as figuras de Rui e Patrocínio.

Existe uma diversidade que pode associar os homens: é o caso de Rui e Nabuco; e uma diferença, que deve desuni-los: é o caso de Rui e Patrocínio.

Desde o berço, foram antípodas; até o tumulto seriam dispares.

Rui abriu os olhos identificando o mundo que o deveria modelar. Veio de um lar de educadores. O ambiente em que nasceu foi uma escola. Pai e mãe, seus primeiros mestres. Os olhos empapuçados de Patrocínio não poderiam discernir se o que viram pela primeira vez no mundo era um templo ou um prostíbulo. Não souberam o que fôsse um lar. Abriram-se para o desconhecido e no desconhecido caminharam, sem pressa de conhecer-se. Ou de reconhecer-se.

Tais circunstâncias não poderiam deixar de influir na personalidade nascente de um e outro, determinando que Rui estabelecesse, desde logo, um compromisso com o destino, fazendo-se o discípulo fiel e amigo dileto de seu progenitor e mestre. Em revanche, para viver, teve Patrocínio de emigrar da casa paterna, fugindo a toda espécie de ternura e de lição, para não comprometer os escusos liames que o prendiam aos genitores: ele, um padre alegre, boêmio e maçom; ela, uma quitandeira ambulante, a quem o vigário da paróquia não solicitara apenas as verduras do tabuleiro, mas alguma coisa além do seu comércio de hortaliças.

Só no prólogo já encontraremos elementos para justificar o substancial contraste que explica as duas jornadas: a de Rui, estudando e formando seu caráter ao lado do pai; a de Patrocínio, lutando para fugir à influência do seu.

Nesse drama de origem encontraremos, desde logo, a explicação de tudo o que poderia tornar diferentes e antagônicos o

orador político, disciplinado aos grandes exemplos, e o tribuno popular, escravo das pequenas paixões.

Por outro lado, é preciso convir que a trajetória de Rui foi sempre assistida pelos pais, pelos mestres, pelos livros; ao passo que a de Patrocínio teve sempre em seu desfavor a ausência desses guias. Ou porque lhe faltaram; ou porque lhe fugiram; ou porque lhe escassearam.

A infância de um foi modesta, mas fecunda; a de outro, além de humilde, foi aviltada.

Sem as comodidades que povoaram a infância de Nabuco, sem os instrumentos que tornaram invejável a juventude deste, Rui conseguiu ilustrar-se sem recorrer aos auxílios alheios, ajudado apenas por uma vontade inata e pela orientação que lhe traçou o primeiro mestre de sua vida. Ao passo que Patrocínio, para fugir à fatalidade de grumete ou quitandeiro, que era tudo o que lhe prometia sua condição de deserddado, teve de apelar ou de aceitar os socorros eventuais que lhe surgiram no caminho: aprendiz de farmácia, estudante gratuito, inquilino por favor, hóspede indesejável. E, aqui e ali, filante de almoços e jantares.

Na unidade sistemática de uma e na constante dispersão da outra jornada, divisa-se o *back-ground* em que repontam o mestre da tribuna política e o agitador da tribuna popular: o primeiro, ditando para o futuro as páginas modelares que refletem mais de meio século a serviço da cultura, dos princípios, das razões jurídicas, dos interesses do Estado; o segundo, dirigindo-se apenas ao presente, para anunciar-lhe a necessidade das reformas sociais, clamando pelos interesses do povo numa linguagem cheia de relâmpagos e, como êstes, fulgurantes e efêmeros.

O berço e a escalada explicam melhor do que as palavras o antagonismo que deveria modelar para a eternidade essas duas vidas, oriundas de nascentes tão diversas e votadas a fins tão semelhantes: o combate contra a servidão humana e a luta pelas suas liberdades essenciais.

Em muitas arenas estiveram juntos ou associados o orador político e o tribuno popular. O que os separava e os separou muitas vêzes, apesar da identidade que em certa hora os reuniu, foi a diferença de concepções de vida. Rui via o mundo através das idéias e princípios; Patrocínio, pelo ângulo das paixões e dos instintos. O que movia o primeiro era o culto dos deveres cívicos, sempre presentes em sua vida; o que mobilizava o segundo era o clamor das massas, sempre unidas ao seu destino. Num falava a herança de Cícero com seus ensinamentos hauridos no humanismo clássico; noutro exprimia-se a mensagem revolucionária de Espártacos, com seus apelos e reivindicações.

Alcansei ainda Rui Barbosa já no fim, é verdade, e ouvi no velho casarão da Rua do Areal seus longos e eruditos trabalhos. Mau grado o prestígio que o cercava, pareceu-me enfadonho na expressão monótona da palavra. Lia geralmente os discursos. Desde a tribuna parlamentar do Império não gostava de ser aparteado. Percorrendo-se os anais daquela época, vemo-lo quase sempre com os olhos no papel, a ler páginas magistrais. Raramente era interrompido. Só um Silveira Martins, um Andrade Figueira, um José Mariano, um Rodolfo Dantas, um Paulino de Sousa se atrevia a entrecortar suas orações. O respeito que lhe votavam seus pares terá concorrido para que a tribuna parlamentar fôsse para ele quase sempre um monólogo, sem a agilidade que lhe emprestam os interlocutores, ainda que lhes falte a mesma categoria intelectual. Raros são os pontos altos dos debates como aquêle ocorrido com José Bonifácio, o moço, quando na Câmara de 79 o neto do Patriarca saiu em auxílio de Silveira Martins, ensaiando uma frase que a memória de Rui logo atalhou, identificando-a com a resposta de Montalembert a Vítor Hugo no parlamento francês.

Parece que a imensa autoridade, que tanto o fêz admirado, também o fêz temido; razão pela qual os colegas e os políticos da República, ainda que fustigados por ele, preferiam ouvi-lo a contestá-lo.

Com a oratória de Patrocínio sucedia justamente o inverso. Ela se alimentava do diálogo, dos choques, das divergências.

E até das hipérboles: "Nós, os latinos..." Só no borborinho, no tumulto, no imprevisto, o tribuno era realmente grande. Muitas vezes necessário se tornou espicaçá-lo para que saísse da pasmação em que se perdia. A esse propósito, contam-se vários episódios. Alguns deles, alterados ou controvertidos, correm mundo levados pela fantasia de Coelho Neto.

Uma coisa não se nega à oratória de Patrocínio: a faculdade de agarrar o auditório e empolgá-lo, de transmitir-lhe a emoção que o possuía. Em certos momentos, como nos dias que sucederam ao 13 de maio, a fadiga poderia arrastá-lo a descaídas, impedindo-lhe os arroubos que o sagraram um condutor de multidões.

Estando em forma, porém, era capaz de ímpetos como aquele que foi, talvez, o canto de cisne (cisne negro, sem dúvida) de sua popularidade. Com o arrefecimento das paixões e a cessação da luta no Rio Grande do Sul, Prudente de Moraes conquistava a auréola de pacificador e abria caminho à anistia dos cabecilhas de 93. Patrocínio, que se associara à política pacifista do Santo Varão, defendendo em seu jornal a necessidade de harmonizar a família gaúcha, capitaneou a manifestação tributada ao chefe do governo. Chegando ao palácio presidencial, o povo reclamava a presença de Prudente, pleiteando que este viesse até ele. Sóbrio nas suas atitudes, o primeiro magistrado preferiu chegar à janela e dali agradecer as saudações. Isso não satisfez a massa popular; mas Patrocínio logrou acomodar as coisas, recorrendo à metáfora, para deixar bem a um e outros. Sim: naquele instante, "não era o governo que devia descer até o povo; mas sim o povo subir até o governo". Tirada demagógica e oportuna que resolveu perfeitamente a situação, sem que fôsse necessário pô-la em prática. Subiram alguns, os mais afoitos, com Patrocínio à frente. E a multidão, vendo-os na janela, ao lado do Presidente, acreditou-se realmente lá em cima...

*

* *

A admiração ou a cólera significava em Patrocínio uma obsessão. Amigo — ele era capaz de todos os sacrifícios e dedi-

cações. Adversário — não conhecia o meio termo da luta. Era, em qualquer pólo, de uma sinceridade berrante, digna de colocá-lo na galeria dos tipos que Scipio Sighele nos apresenta na *Psychologie des Sectes*.

Fazia-se quixotesco e colocava-se na extrema direita, oferecendo o mais precioso de seus recursos à defesa que o empolgava. Assim foi com a Princesa Isabel, quando ela se desvencilhou da influência do gabinete Cotegipe e assumiu atitude em harmonia com a aspiração liberal do país, de que o tribuno era um dos expoentes sem reservas. Assim foi também no governo de Prudente de Moraes, quando se levantou contra a figura integérrima do solitário de Piracicaba a arma do atentado político. Patrocínio, que vinha da oposição, do destêrro, das iras da ditadura florianista, saudou na pessoa do novo presidente o advento de outra época para a república, e rejubilou-se em ver o regime praticado em seu mecanismo constitucional. Aos seus olhos tudo se dignificava e enobrecia tocado pelas mãos de Prudente, a quem chegou a canonizar como o Santo Varão.

A estima cegava-o completamente, mas era uma cegueira explicável pela exaltação que a amizade produzia em seu espírito. Ele via tudo através de sua idolatria. Um episódio — um apenas — basta para marcar esse estado d'alma de José do Patrocínio e transmitir a força de sua paixão. Ele era, por lealdade e reconhecimento, um dos amigos mais devotados de Rui Barbosa. Tudo indicava que jamais olvidaria a noite corajosa em que o grande advogado baiano se arriscara entre as sentinelas dos presídios florianistas e fôra levar aos desterrados do Cucui a palavra de misericórdia e de justiça. De fato, raro era o dia em que, pelas colunas da *Cidade do Rio*, o emérito civilista não se via festejado com a grinalda de um louvor ou com uma epígrafe tocante. Ora era "o maior dos brasileiros"; ora "o príncipe dos advogados", e ainda "a providência dos oprimidos" ou "o mestre dos juizes". Mas chegou o dia em que o espírito subversivo armou o braço de Antônio Marcelino Bispo para o atentado contra o chefe do governo. Prudente de Moraes foi salvo pela bravura pessoal do seu ministro da Guerra. Decretou-se o

estado de sitio e efetuaram-se várias prisões políticas. Alguns meses depois, restabelecidas as garantias constitucionais, as prisões efetuadas foram mantidas. O caso provocou a intervenção providencial de Rui Barbosa. Entendia o insigne advogado, a quem Patrocínio classificara como "o maior dos brasileiros vivos", que, cessado o estado de sitio, cessavam *ipso facto* os seus efeitos, para o restabelecimento automático das garantias individuais. As prisões mantidas constituíam uma ilegalidade que repugnava ao senso jurídico de Rui. Sem distinguir entre as vítimas os adversários ou os amigos, impetrou uma ordem de *habeas-corpus* em favor dos prisioneiros políticos. Tanto bastou para acirrar-se contra ele a ira sagrada de Patrocínio. Vendo-o em campo contrário ao seu fanatismo pela figura de Prudente, o famoso tribuno não hesitou em praticar uma injustiça para vingar uma idolatria. E escreveu contra o seu próprio patrono, contra aquêle que o fôra confortar na prisão, às vésperas do destêrro.

Não quis o advogado, o homem a quem a *Cidade do Rio* chamara antes "o maior dos brasileiros vivos", dar-lhe resposta direta à provocação do ataque e volubilidade de conceito. Guardou no íntimo a lembrança da ofensa. Quando, porém, teve de sustentar no Supremo Tribunal a medida a que o levara uma atitude lógica, em assonia com os seus ideais jurídicos, não esqueceu de aludir aos ataques.

— "E o que admira, Senhores é que haja homens cujos nomes estejam envolvidos em causas inolvidáveis, que desçam tanto e tanto à vulgaridade das paixões pequeninas e rasteiras, que a gente chega ao ponto de, pasmo, perguntar: Senhor, por que cegastes as estrêlas?"

*

* *

Não há exagêro em repetir. A dedicação de Patrocínio pela figura de Prudente de Moraes tocava às raias do louvor tributado aos heróis e aos santos. Tinha a solenidade dos officios e a importância litúrgica dos cultos.

Explica-se o fato à luz das circunstâncias. O tribuno atravessara um período tormentoso de lutas e perseguições sob a ditadura de Floriano. Conhecera a cave dos presídios e a agrura dos desterros. Purgara as suas culpas de inimigo das tiranias no ar abafado de uma fortaleza de guerra e no silêncio triste do rio Negro. Conhecera tôda a cólera do poder, a escala crescente dos ódios políticos, desde o vilipêndio nos ergástulos às enfermidades nos sítios inóspitos. Andara como proscrito, em companhia de outros, pelas margens do rio Negro, exposto às febres de uma região ingrata, pelo crime de haver levantado a voz contra a opressão militar. Assumindo o govêrno da República em 1894, Prudente de Moraes oferecera trégua às paixões, abrindo um paraíso à redenção dos humilhados. Patrocínio entrava nêle com o coração enternecido e os olhos cheios de lágrimas. Terminara a sua odisséia. Ia iniciar-se um novo ciclo. Tudo isso êle o devia ao equilíbrio, à serenidade augusta do presidente da primeira Constituinte Republicana, àquele vulto venerável que os votos sensatos do país vinham colocar à frente do govêrno. Seu entusiasmo não teve medidas; sua admiração não conheceu limites; seu louvor não divisou fronteiras; sua exaltação não conheceu desmaios; seu culto não sentiu estremecimentos. Manteve-se fiel, inteiramente fiel ao santuário daquele aprêço que a figura de Prudente de Moraes lhe inspirava. Quem percorrer as coleções da *Cidade do Rio*, durante o quadriênio do nosso primeiro presidente civil, verá, de princípio a fim, a flama da inteligência de Patrocínio, acendendo girândolas e louvores em honra do govêrno que deu ao país um sentido de paz, de harmonia, purificando-o das dissensões militares dos primeiros tempos. As colunas do jornal de Patrocínio passaram a ser em relação a Prudente o que tinham sido no tempo da Redentora: uma espécie de Panteão político, no qual estava sempre acesa a chama do entusiasmo. Atrevendo-se a quebrar a solidariedade que vinha prestando ao govêrno de Prudente de Moraes para ficar coerente consigo mesmo, com as suas doutrinas em relação às prisões políticas, Rui Barbosa apareceria diante dos olhos fanatizados de Patrocínio como se houvesse cometido um

tremendo sacrilégio. Efetivamente, o emérito jurista, que opinara a favor do estado de sítio, quando se fazia necessário acautelar a ordem pública no país após o atentado de Marcelino Bispo, cessada a situação anormal, suspensa a medida preventiva, não via mais razão para que fôsem conservados presos em Fernando de Noronha os adversários do governo. Com a mesma sinceridade com que votara a medida, lançou o seu protesto contra os efeitos que ela fazia perdurar. Tanto bastou para que o seu nome perdesse a auréola antiga e caísse no index do jornal de Patrocínio como o de um vulgar cortejador da popularidade, um antípoda da disciplina social, um demagogo sem critério e sem espírito público. A esquadra governista, de fogos acesos e pronta ao primeiro toque, assestou os canhões para aquela fortaleza insubmissa. À frente dela, a *Cidade do Rio* animava a campanha, inspirada pelo zelo excessivo com que Patrocínio resguardava nos nichos espetaculares de sua admiração a imagem de Prudente. Desde então Rui era constantemente trazido ao pelourinho da *Cidade do Rio*, para aí sofrer o castigo de haver invocado um princípio de justiça em favor dos presos políticos que a situação presidencial conservava em Fernando de Noronha após o estado de sítio. O ataque não se limitou a duas ou três investidas; várias vezes Patrocínio descarregou as suas pedradas sobre o redator-chefe da *A Imprensa*, provocando-o, desafiando-o, atirando-lhe sucessivos cartéis. Assim, nos últimos meses do governo de Prudente de Moraes, a *Cidade do Rio* se desforrava daquele inesquecível agravo à política do Santo Varão, fazendo funcionar a sua máquina de desaforos e perfídias contra o advogado que se atrevera a condenar a manutenção de adversários no presídio. Entre as violentas objurgatórias com que o órgão de Patrocínio vingava sua adoração, podem ser citadas como adestrados modelos de catilinária: *O primeiro golpe*, a 6 de outubro de 1898; *Infalível e necessário*, a 7; *Caça ao aleive*, a 10; *Barnum-estadista*, a 19. Páginas de ironia, de sátira, de insulto, destilando vingança, veneno, um verdadeiro rol de diatribes que se estenderia pelo governo de Campos Sales, visando às restrições que Rui opusera a certas idéias da nova administração.

Cortejando o poder que se estreava, Patrocínio redobra os ataques, publicando a 21 de novembro do mesmo ano de 1898, *O Mestre-escola*; a 23, *Explosão de despeito*; a 24, *Estratégia da cobardia*; a 2 de dezembro, *Fé no futuro*; a 7, *Desmentido*; a 10, *Saudade do Império*, todos êles comentários de intenso azedume e maligna origem contra a ação jornalística de Rui Barbosa na direção d'A *Imprensa*.

A maneira de um colar de pérolas bastardas, enfileiravam-se os remoqueos, os doestos, os ultrajes, as ofensas, com que o libealista se esforçava por tisonar a ação política de seu patrono, recorrendo a um pródigo arsenal de caricaturas e aleives, ao *black-mail* em que se exercitara a sua pena. Servindo ao novo governo os aperitivos de uma capacidade de escriba, Patrocínio continuava a alvejar o redator-chefe d'A *Imprensa*, ajustando-lhe aos comentários o traço caricatural de sua divergência; ora era o *de omni re scibili et quibusdam aliis*; outras vezes, o excelente mestre régio, o educador modelo de uma geração de aldeia, desviado da cantilena da tabuada de Barker e do quinau das sabatinas; de outras vezes ainda, o "fenomenal macrocéfalo", a "monstruosa cabeça por demais entupida de arcaicas teorias inglesas e ridículos obsoletismos políticos e literários"; o vigia da Star Chamber; o preposto da Mac-Culloch e Simão de Nantua; e, coroando tôdas essas designações e pejorativos, o sintético e ruidoso cognome de Mestre-Cabeça.

Altanando na sua eminência jornalística, Rui parecia indiferente a êsse desfilar do "*caluniai, caluniai*" pela sua porta. Ele pensaria, com a serenidade moral de um florentino, que "há louvores que ofendem e ultrajes que glorificam". Não; não desceria à arena em que se exibiam "os quadrilheiros da pena", para dar-lhes uma resposta direta, ombrear com os fundibulários e agressores impenitentes. Desafiado para o duelo no picadeiro, não desceria da altura para a planície a que o adjurava Caifás. Manteve-se na eminência de que o não apearam as intimativas mais cruéis. Quando entendeu que lhe cabia aproveitar as retaliações e os apodos para uma página imortal, fez descer do espaço, como o gládio do templo, o artigo de 13 de dezembro de

1898, publicado n'A *Imprensa* com este título: *A difamação*, artigo em que, analisando a figura de Aretino, mostra como o nome dêsse salteador do espírito, sobrevivendo à queda moral da Itália, se reproduzia em tôdas as épocas em que qualquer espadachim literário entendesse de afrontar as mais altas virtudes, erigindo "sôbre a sociedade apavorada o monopólio da pena". Ajustando êsse artigo entre os primores que compõem a "Coletânea Literária", informa o Sr. Batista Pereira que a impressão por êle causada entre os adversários políticos de Rui foi simplesmente siderante. Reunida no Castelões a "patrulha jornalística do govêrno", foi objeto de concílio a quem deveria caber a missão de responder àquele raio do Olimpo. Essa tarefa — acrescenta o comentarista — foi distribuída a Patrocínio e a Bilac; "mas nem um nem outro o fizeram".

Há um equívoco nessa afirmação: o artigo de Rui teve resposta. E quem a deu foi o próprio Patrocínio a 16 de dezembro de 1898, pelas colunas da *Cidade do Rio*, três dias após haver o mestre d'A *Imprensa* revivido com o poder de sua prosa e o calor da sua mágoa o impudente personagem estudado por de Sanctis, aquêle tipo escuso a que se acurvaram em cortesias Ariosto e Ticiano, mas a quem a "castidade austera de Miguel Ângelo" negou um fragmento de mármore ou um trapo de papel tocado pela sua mão.

Foi realmente de pânico a impressão provocada pela página de Rui entre as hostes de Patrocínio. Ela descera sôbre a cabeça do panfletário da *Cidade do Rio* com a direta veemência de um estigma. Orientando-se pela obra de Sanctis, Rui sorvera tôdas as informações sôbre o favorito dos Médicis, estudara-lhe o segrêdo do êxito, a impudente licenciosidade, e, com êsses materiais, compusera-lhe o perfil para o confronto vingativo. Surpreendido com êle, Patrocínio reuniu o seu estado maior. Nenhum dos lugares-tenentes conhecia a obra do emérito dantólogo em que Rui se abeberara. Procurou-se o livro nas bibliotecas mais sortidas, vindo, finalmente, a encontrar-se um exemplar nas estantes de Coelho Neto. Consultado o volume, não logrou o concílio da *Cidade do Rio* inspirar-se nêle para a

réplica. E veio então a idéia de opor-se ao libelo de Rui outra figura que atestasse na vida real ou imaginativa uma força não menos cruel e um engenho ainda mais condenável. Efetivamente, três dias após a estampa d'*A Difamação*, nas colunas da *Imprensa*, a *Cidade do Rio* publicava a 16 de dezembro de 1898 *A hipocrisia*, erigindo como resposta ao busto vivo de Aretino a fisionomia animada de Tartufo; opondo ao fingido capuchinho de Ravena, ao famigerado cortesão dos papas e condestáveis, ao sonetista licencioso, devasso, o retrato em que Molière se esmerou em concentrar tôda a falsidade humana num único tipo, mesclado de vício e de disfarce: — *Ah! pour être dévot je n'en suis pas moins homme!* Tartufo!

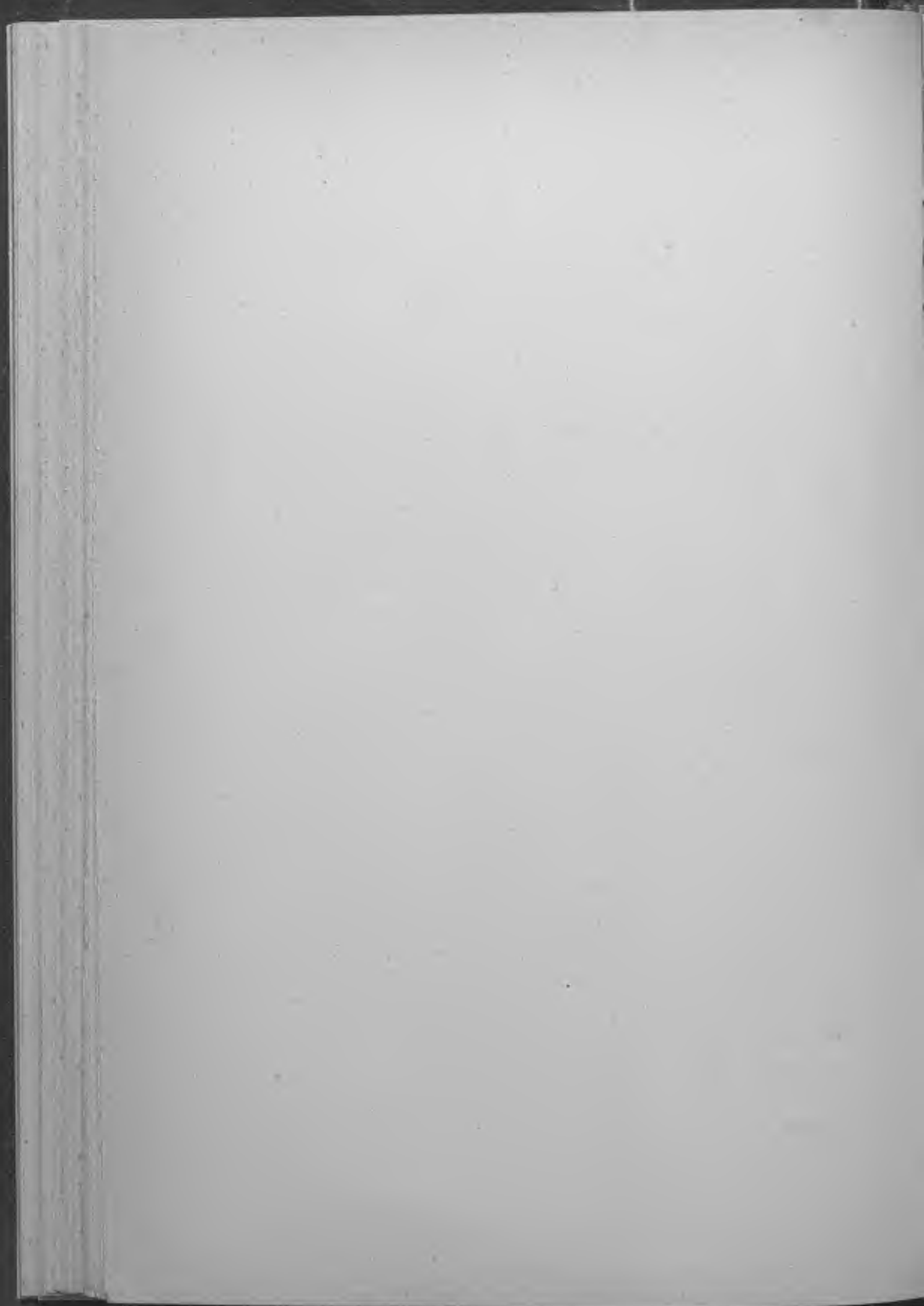
Olavo Bilac, segundo informações de seus contemporâneos, considerava *Difamação* a obra-prima de Rui. Usando do mesmo direito, acrescentaremos que *Hipocrisia* é a obra-prima de Patrocínio. Claro está que nesse julgamento se estabelece logo a diferença, a gradação entre as duas figuras e os dois estilos. A página de Rui é uma obra-prima entre as obras-primas em que foi fértil a sua pena. A de Patrocínio o é no meio de sua desordenada, impulsiva, bárbara e desmedida bagagem jornalística, cheia de altos e baixos, de relevos e depressões, de surtos e quedas, de remígios e estrondos, de harmonias e dissonâncias. A página de Rui é obra de um lapidário exímio, um diamante já desembaraçado da crosta pela clivagem, ajustado à sua forma definitiva pelo atrito da maça, engastado na concha de cobre para adquirir a tonalidade rósea, o brilho, a transparência de um *Deria-i-noor*, ou oceano de luz. A de Patrocínio lembra, na assimetria dos seus contornos, uma das variedades diamantíferas em que se regala a natureza; o *carbonado*, que vive em aluviões ou entre argilas. A página de Rui assume pela claridade a importância de um *orlov*, aquêlê diamante que deu brilho a um dos olhos de uma estátua de Brama. Servirá para o encanto das antologias como as raridades para a coroa dos rajás de Lahore. A de Patrocínio copiará o destino dos cristais que se encontram entre as argilas toscas e se usam para brocar a pedra e fender os próprios diamantes. Não brilhará no cetro dos reis ou no

veludo intangível dos museus. Servirá pelo tempo afora como um diamante negro, que trocasse o seu poder refulgente pela dureza que as máquinas perfuradoras aproveitam para chegar ao âmago das rochas e abrir o orifício das minas.

Posteriormente à réplica de Patrocínio, *A Cidade do Rio* ainda publicou outros artigos contra Rui, entre os quais *A mancenilha politica* (19-12-1898). Foi Gregório da Fonseca quem nos despertou a curiosidade dessa nova busca às coleções da *Cidade do Rio*, contando-nos o alvoroço com que, aluno então da Escola Militar, êle e seus colegas leram e acompanharam o vibrante encontro jornalístico entre o apóstolo d'*A Imprensa* e o tribuno d'*A Cidade do Rio*, verdadeira luta de gigantes.



RUI
no meu quarto de estudante



Do episódio que se vai ler ainda há testemunhas: o Dr. Ápio Medrado, grande e humanitário clínico baiano, domiciliado em Belém do Pará, poderá atestar se o que aqui vai escrito é um devaneio da imaginação ou uma perfeita reminiscência da infância, uma fantasia de poeta ou um episódio gerado pela vida.

Ainda hoje, com grande desvanecimento para mim, êle recorda aos íntimos o primeiro encontro comigo na modesta residência da Rua 28 de Setembro, 159, em minha cidade natal. Médico da família, coube-lhe a tarefa de receber nos braços vários de meus irmãos menores e prestar assistência à minha Mãe nos labôres do parto.

Seu cavalheirismo e bondade tornaram-no íntimo de nossa casa. E a tal ponto que, quando os negócios do ferreiro Orico principiaram a desandar, de tudo ou quase tudo nos fomos privando: menos do nosso médico assistente. O Dr. Medrado havia conseguido atravessar a barreira dos escrúpulos de meu pai, continuando a dar-nos sua assistência, sem cogitar de honorários. Quando pudéssemos, pagaríamos as suas visitas. Com uma pontualidade exemplar esteve presente a todos os atos em que se fez necessário consultá-lo. Assistiu à enfermidade que nos levou o chefe da família, sem jamais enviar-nos a conta dos serviços, ainda que várias vezes a houvéssemos solicitado.

Muitos anos depois vim a ter a revelação daquele carinho especial que dedicava não só aos donos da casa, mas também aos filhos. E, especialmente, a um deles, precisamente a êste que redige estas linhas.

Apraz-me evocar o fato, porque êle enobrece menos a mim do que ao clínico e professor que a Bahia nos cedeu e concedeu, permitindo que, pelo casamento e profissão, se tornasse paraense sem perder, entretanto, os forais de sua estirpe e de seu berço, a ternura pelos santos e o orgulho pela voz e pelo gênio de sua província. Uma causa a mais entre as causas que nos recomendaram desde logo à simpatia do nosso médico assistente deveria produzir-se pela irresistível vocação de quem agora relata êste fato. A um canto da sala de jantar da plácida e simples residência da família Orico, sôbre uma escrivaninha que se casava à singeleza dos outros móveis, o Dr. Medrado viu de longe um retrato razoavelmente emoldurado. Aproximando-se para examiná-lo, teve uma surpresa: não era nem a fotografia de Lauro Sodré nem uma estampa colorida de N. S.^a de Nazaré, encontradiços em quase tôdas as residências de Belém, por aquela época. Seu sentimento de baiano foi despertado alegremente pela presença de uma imagem que era igualmente a grande devoção de seu tempo de estudante: Rui Barbosa, de sobretudo e pencinê, com aquela esmerada pose dos retratos de Haia, iluminava a mesa de trabalho do pequeno Orico, como já iluminara a juventude do estudante Medrado.

Desde essa manhã notei que caíra na simpatia e passara a merecer o aprêço de nosso médico. Não nos visitava mais sem que viesse a mim, para saber dos meus estudos, das minhas leituras, dos meus planos de vida. Quando dispunha de mais tempo, deixava-se ficar escutando os versos ou os discursos que eu tinha de memória. Por mais curioso que pareça, foi na própria oficina de meu pai que encontrei as primeiras páginas que excitaram minha vocação literária.

Sem queda para o tórno ou para a bigorna, eu devia tomar conta do negócio, sempre que o ferreiro se ausentava para as docas, à procura de trabalho. Estávamos já em plena crise da borracha, os vapôres encalhados no pôrto, sem interêsse de subir aos seringais. Poucas embarcações se atreviam a fazer reparos.

A vida comercial e marítima de Belém extinguia-se aos poucos. Para obter algum serviço, era necessário ir disputá-lo junto às lanchas e palhabotes encostados no cais. Enquanto o dono da oficina fazia essa ronda ao trabalho, eu ficava no escritório, "gerindo" o negócio. Para matar o tempo, revolia as prateleiras de uma velha estante e desarrumava os papéis de uma escrivaninha onde outrora trabalhara o antigo guarda-livros da casa, Ismael de Castro. Nessas buscas da curiosidade, que haveria eu de encontrar? Nada mais nada menos do que vários tomos da "Campanha Civilista". Nunca soube como tinham ido lá parar. Iniciei a leitura, sem imaginar que aqueles períodos redondos e martelados, escritos na mais pura linguagem de nosso tempo, viessem a exercer no meu espírito a alta sedução de seu conteúdo. Li o primeiro, o segundo, todos os que ali se me depararam, atraído a princípio pela música da frase, pela sonoridade das palavras, que pronunciava em voz alta, como se fizesse o meu aprendizado de eloquência. A força de repetir os trechos que mais falavam ao meu ouvido e melhor se ajustavam à dição, descobri que havia nêles, além do escopo verbal, que tanto me atraía, um sentido político, um alto sentido de pregação e reforma. Alguma coisa andava mal no meu país. E aquela voz, que eu repetia entre as quatro paredes sujas de uma oficina, propunha-se a uma tarefa cuja extensão eu ia compreendendo aos poucos. Cada volume da "Campanha Civilista" que me caía nas mãos constituía agora não somente uma festa para os meus exercícios de oratória, mas uma lição. Lição da qual começava a extrair os ensinamentos, acompanhando a vida do Mestre no cenário político do país, interessando-me pela sua presença em todos os debates em que surgia o clarão de seu gênio. Em breve tempo estava a par do que de mais importante se passava no Congresso e nas Academias, conduzido pelo interesse que me despertavam tôdas as notícias de que Rui fôsse o centro.

Certo dia, escarafunchando os outros escaninhos do escritório, encontrei a um canto um quadro cuja moldura me chamou a atenção. Era um retrato do Almirante Alexandrino de

Alencar, então Ministro da Marinha, que meu pai conservava desde os tempos de embarcadão. Aquilo constituiu para mim um "achado". Eu havia recortado de uma revista a imagem de Rui como se havia deixado fotografar para a Conferência de Haia. Mais que depressa levantei os vidros da peça, colocando à frente do velho marinheiro o meu primeiro ídolo literário. Efetuada a substituição, levei para casa a descoberta. E lá ficou ela como uma lâmpada sobre a mesa em que o obscuro aprendiz e repetidor dos discursos de Rui começava a rabiscar as suas primeiras páginas...

Quando meu pai reconheceu a moldura, transportada de lugar e modificada de conteúdo, já era tarde. Apesar do sobre-cenho sempre cerrado, olhou benêvolamente para aquela apropriação indébita, cujo sentido cívico me justificava ao seu juízo severo.

Esse retrato não representou naquele período de minha vida um simples adorno. Foi mais: uma presença, uma companhia, um estímulo. Através dele comecei a sentir a vida de meu país, não sob as aparências amáveis dos capítulos das antologias, mas sob as formas severas e francas em que se denunciavam os erros dos dirigentes.

Depois de haver sido o espetáculo, o timbre, o eco, Rui transformava-se numa lição, num exemplo. Assim o tive muitos anos em frente à minha tosca mesa de estudante, velando-me a jornada de menino pobre. Assim ficou ele todo o espaço de uma adolescência, à espera de que amadurecesse a vocação política do pequeno colegial. Não tardou que este aparecesse nos comícios estudantis, ensaiando as idéias e a voz na tribuna pública. Era ele o orador do Instituto Amazônia, nas grandes romarias da chegada de Lauro Sodré a Belém. Era ele quem pedia ao velho e puro republicano, em nome da mocidade de sua terra, que aceitasse o encargo de voltar ao governo do Pará. Era ele que, algum tempo depois, pelas colunas do "Estado do Pará", onde entrara como suplente de revisor, comandava, de sua banca de redator, a campanha que colocaria a velha província do Norte ao lado de uma nova candidatura de Rui Barbosa à

presidência da República. Recordo-me bem do episódio. O desaparecimento do Conselheiro Rodrigues Alves, presidente eleito, ocorrido alguns meses após uma enfermidade que lhe não permitira empossar-se no cargo, abria à Nação a possibilidade de resgatar a sua dívida com o grande orador baiano. Tudo indicava que o nome de Rui Barbosa congraçaria, afinal, as correntes políticas que tanto o haviam hostilizado. Em certo instante de nossa vida política, parecia irrefreável o movimento do país em torno do campeão civilista. Era, para repetir o velho chavão da época, "a pedra que rolava da montanha"...

Da minha obscura banca de redator de um jornal de província, eu olhava os acontecimentos, certo de que, realmente, aquela era a oportunidade — aquela ou mais nenhuma — de levarmos Rui à suprema direção do país. Lauro Sodré foi sensível ao pronunciamento de seus conterrâneos e inclinou-se pela democrática solução do pleito, antecipando-se ao que viessem a decidir os marechais da política central. Enquanto a juventude brasileira se mobilizava em tôdas as regiões, na esperança de que aquela seria a hora do triunfo, a política mineira começava a manobrar no sentido de que viesse a prevalecer uma dessas soluções de compromisso que terminaram pondo a primeira República por terra. Governava o Estado de Minas Gerais o Sr. Artur Bernardes, possuído do messianismo que lhe fortalecia intimamente os desejos de transferir-se do Palácio da Liberdade para o Palácio do Catete. A coadjuvâ-lo nessa aspiração dispunha êle de um condestável igualmente ambicioso e forte. Com aquela máscara impassível que o marcava, o secretário do Interior do govêrno mineiro, Raul Soares, iniciou a reação que deveria, ao mesmo tempo, sacrificar a última oportunidade de Rui e abrir caminho às suas fogosas aspirações à eminência do Poder. O nome de Rui já dominava o horizonte como vitória das aspirações populares. Até a Bahia de Seabra, sempre esquiva e distanciada dos sonhos políticos do Mestre, formava agora na vanguarda de suas hostes. A investidura de Rui equivalia a uma revolução legal destinada a reformar todo um sistema gasto na experiência das primeiras décadas da Re-

pública. O lince mineiro assim o adivinhou. E com aquela "sournoiserie" escondida por trás do pincên de grossas lentes, Raul Soares trocou os afazeres burocráticos de sua Secretaria pela tarefa de "correio do Imperador". Com a desenvoltura de um chefe, que se revela na hora psicológica, coordenou secretamente o nome de Eptácio Pessoa, garantindo ao mesmo tempo a futura sucessão para o seu amigo do Palácio da Liberdade e a herança dêste para a sua pessoa. Tudo deu certo, como nos baralhos de cartas marcadas. Os partidos políticos, pela voz autoritária de seus chefes, ganharam o jôgo combinado, preparando de um golpe três quadriênios presidenciais: Eptácio, Bernardes, Washington Luís, com Minas e São Paulo unidos pela fórmula do "café com leite". Tomaram a "média", mas digeriram o regime...

Enquanto isso, na minha mesa de jornalista provinciano, não esmoreci nem recuei. A candidatura de Rui Barbosa, naquele passo, não me parecia um simples voltarete político, mas um juramento. E mais, talvez: um protesto. Não importava que houvesse sido lançado o grande nome de Eptácio Pessoa. Ele trazia a marca de um ajuste. Era uma letra a prazo que o país deveria pagar com juros extorsivos. A usura do negócio invalidava a expressão intelectual do candidato. Lembro-me bem dos temas e das interpretações com que procurei justificar na imprensa a necessidade de mantermos a candidatura Rui, fôssem quais fôssem os resultados da campanha. A Bahia não abdicava — mesmo na derrota — da honra de sufragar o nome de seu filho. Deveríamos seguir-lhe o exemplo. Era penoso; mas era nobre.

Lauro Sodré já empenhara sua palavra com a opinião pública, manifestando-se nos comícios nacionais, antes que houvesse sido articulada a candidatura Eptácio Pessoa. Atravesando, porém, o seu governo uma época difícil, com os vencimentos do funcionalismo em atraso, as arrecadações do Tesouro em crise, houve quem o aconselhasse a contramarchar. De que valia o apoio do governo paraense ao candidato popular? Restava-lhe alguma esperança de vitória? Em face das respostas

negativas, pretendiam os chefes do partido situacionista que o Governador decidisse fazer como tantos outros, abandonando na estrada um candidato já previamente vencido. Cientificado de que a maioria do diretório do P.R.F. manobrava junto ao chefe do governo no sentido de abraçar a candidatura de Epitácio Pessoa ou, pelo menos, permitir que sua agremiação assim o fizesse, reuni os estudantes e fui com eles à residência de Lauro Sodré. Com aquela voz tremida e arrastada que o distinguia, o velho General veio ao nosso encontro e, vendo-me à frente da delegação, foi logo indagando:

— Que deseja o pequeno orador oficial das minhas chegadas com esta luzida comitiva?

Desfrutando da estima e da consideração do Governador, nada eu lhe pedira até então. O próprio empreguinho que tinha na Biblioteca e Arquivo Público devia-o ao dr. Eládio Lima, Secretário Geral. E com seis meses de atraso no Tesouro, jamais me lembrara de procurar o Chefe do Estado para incomodá-lo com um pedido.

Naquela emergência, porém, senti-me no dever de dirigir-lhe um apêlo:

— General, aqui estamos para solicitar-lhe uma graça. Sabemos que é difícil a sua posição como chefe de partido, carregando nos ombros a responsabilidade de velar pela segurança de seus correligionários. O nosso Estado, porém, já empenhou sua palavra com a candidatura de Rui Barbosa. Se o Partido não puder ficar ao seu lado, ao seu lado estará a mocidade. O que lhe pedimos é que fique com ela.

Foram estas, mais ou menos, as palavras que lhe enderecei.

O velho Lauro, sensível a essas manifestações do caráter, e traduzindo a luta íntima que vinha travando com os companheiros de partido, abraçou-nos a todos, um por um, tranqüilizando-nos numa confiança que refletia sua personalidade calma e firme:

— Se eu houvesse de enganar a alguém, não seria, certamente, à juventude de minha terra. Fique ela descansada e confiante que não faltaremos à nossa palavra.

Assim, descemos a escadaria de mármore do palácio da Av. da Independência, em Belém, com a certeza de que o Pará sufragaria, em qualquer hipótese, o nome de Rui, no prêmio que representou para ele não a última esperança, porém o último consôlo.

Em fins de 1919, sacudido por um dêsses vendavais políticos tão comuns na vida da província, eu arranjava uma passagem no Lóide e transportava-me para o Rio, vencendo num velho cargueiro as reentrâncias do litoral.

Entre as desilusões da chegada e o desapontamento das primeiras cartas de recomendação, meu lenitivo era ficar na Avenida, em frente ao Alvear, conferindo as notabilidades da época que passavam ao alcance de meus olhos.

Assim vi passar e reconheci o velho Alberto de Oliveira, grave e solene como um alexandrino em pé. Ou como uma palmeira que se deslocasse do Jardim Botânico, montada em dois borzeguins de elástico. Assim vi passar Augusto de Lima, com aquela feiura que parecia bordada sobre a pele, tamanha era a variedade de traços, rugas e depressões do gesto. No fundo, simpático e acolhedor como um fazendeiro de Minas. Assim identifiquei Irineu Machado, com as barbas derramadas sobre o peito como se nelas estivesse o segredo de sua força. E Barbosa Lima, sêco e vertical, atravessando a rua levando pelo braço uma criança com o mesmo cuidado com que velava a sintaxe de seus discursos. Ah! o meu espanto, quando surpreendi num grupo de "melindrosas" (eram os "brotinhos" de hoje) uma fração decimal de criatura com a sua enorme cabeça gaguejando galanteios. Era nada mais nada menos que o meu querido Hermes Fontes, do qual eu conhecia de cor os versos de "Apoteoses".

Naquele pôsto de observação reconheci e segui com os olhos quase tôdas as figuras da velha e da nova geração, algumas das quais viriam a tornar-se grandes e confortadores amigos: o bondoso Silva Ramos, vindo ou indo para o cinema, sempre acompanhado de um cravo rosado na lapela; e, contrastando com essa velhice florida, a palidez acadêmica de Ronald de Car-

valho na sua fase pré-revolucionária, quando ganhava prêmios em concursos no Silogeu.

Minha curiosidade intelectual anotava cada dia um “descobrimento”. Não se satisfazia, entretanto, porque lhe faltava sempre a grande oportunidade, — a maior. Várias vezes corri ao Senado, quando os jornais anunciavam a sua presença na tribuna. Metia-me nas torrinhas para vê-lo, mas Rui não falava nem aparecia.

Uma bela tarde, porém, no momento em que me dirigia para o meu pôsto de observação, vi uma aglomeração provocada pela atitude de um guarda-civil. O chefe de polícia estabelecera nas calçadas da Avenida a mão e contra-mão. E um velhinho baixo, metido num fraque cinzento, com uma cartola da mesma côr, caminhando pelo passeio com os olhos baixos, não atentou que se desviara da rota estabelecida, infringindo a portaria do trânsito.

Olhei para as pedrinhas da calçada e vi que dois sapatos amarelos, sustentando uma fenomenal cabeça, tinham ultrapassado o paralelo da recomendação policial, avançando sobre a linha imaginária do passeio. E que um guarda zeloso e pouco fisionomista, avançando para o transgressor, obrigava-o pelo braço a retomar a sua rota.

Aproximei-me. Ao levantar os olhos e fixar aquela estranha presença, senti que o velho retrato da minha mesa de estudante se animava nessa figura, trocando a sobrecasaca de Embaixador na Conferência de Haia pelo fraque cinzento que a vestia.

Era êle. Não podia ser outro. E mais me convenci quando o disciplinado transeunte, reconhecendo a infringência de sua distração, descobriu-se humildemente diante do guarda, sem proferir uma palavra, sem ensaiar um protesto, sem lhe lançar em rosto o chavão que mais se ouve em nosso país: “Você sabe com quem está falando?”

O vigilante não o sabia. Nem o saberia nunca, se eu próprio, no espanto juvenil dos vinte anos, não traísse a surpresa daquele

encontro, protestando em voz alta contra aquilo que me parecia uma profanação:

— Não viu, *seu* guarda, não viu que aquêle era o Conselheiro Rui Barbosa?

O homenzinho pareceu não ligar muita importância à minha revelação. Limitou-se a acautelar o passeio da possibilidade de novas infrações, apontando o "casse-tête" em direção horizontal; mas eu, eu fiquei ali plantado, embevecido, extático em face do incidente, vendo descer da parede, caminhar diante de mim e perder-se anonimamente na multidão o grande ídolo, a caricatura humana do velho retrato do meu tempo de estudante...

RUI e NABUCO



As emulações e rivalidades surgidas no centenário do nascimento de Rui e Nabuco não têm nem tiveram nunca razão de ser.

Ambos representam duas eminências que se respeitam, duas grandezas que se completam, duas paralelas que podem marchar indefinidamente e que se unem, sem chocar-se, nesse horizonte ideal que podemos agora chamar eternidade.

São vidas que se aproximam nos contrastes e se nivelam nas diferenças.

O que há de belo, e de dramático entre êsses ápices do espírito humano é o fundamental desacôrdo do destino, que, na mesma época e no mesmo espaço, fundiu com metais diferentes, mas de igual quilate, duas vocações literárias, dois mestres da palavra falada e escrita, dando-lhes uma escultura própria, uma voz diversa, criando, sem repetir-se, e modelando, sem fatigar-se, duas obras-primas de inteligência, duas fôrças da natureza ao serviço da humanidade.

Desiguais no berço, na formação, na escalada, no triunfo; desiguais na forma, na côr, no brilho, no reflexo; desiguais na aparência e profundidade, lembram êsses diamantes tantas vêzes lapidados que é impossível medir o grau de luz de suas facêtas.

Nos caprichos da fortuna está o segrêdo e o centro de interesse das duas vidas, plasmadas em diferentes esferas, a começar pelo berço, o modesto educandário de João Barbosa, na Bahia, onde o jovem Rui fez a sua obscura aprendizagem, e o

imponente solar do Flamengo, onde o menino Nabuco viu desfilar tôda a nobreza do segundo reinado.

A vida de Rui Barbosa — lembrou muito bem a pena de um dos seus discípulos, que é também um mestre na tribuna política, o Sr. João Mangabeira — começa na de seu pai “como a água que corre da água que já correu”; sôbre a de Joaquim Nabuco desembocam as vertentes de três gerações de senhores de engenho e homens de Estado.

O confronto entre essas duas figuras do Império — a cuja ação a República deu saliência universal — põe a nu as dessemelhanças que as tornaram ímpares, acentuando-lhes os traços de maneira que, separadas, se correspondem e, unidas, não se confundem.

Vivendo no mesmo tempo e palmilhando as mesmas estradas, Rui e Nabuco receberam da natureza dons diversos. Se a época e o espaço os reunia, a herança e a educação os afastava. Idênticos na essência, eram desiguais na forma. Tudo concorria para criar o conflito humano, de onde, em vez de brotar uma fôrça repetida, nasceram duas grandezas singulares.

A diversidade de ambos, oriunda do berço, estende-se a todos os aspectos da existência, tomando, às vêzes, proporções fenomenais: a estatura, a formosa imagem de Nabuco, em contraste com o tamanho e a presença caricatural de Rui Barbosa; a fidalga linhagem do primeiro, herdada pelo lado paterno dos Nabuco de Araújo e do lado materno dos Pais Barreto, em contraposição à modesta estirpe do segundo, em cuja árvore genealógica não se encontram nem brasões de fidalgos nem bens de riqueza. Nos mínimos pormenores das duas existências o destino se esmera nos seus caprichosos desacordos. Nabuco traz o prestígio secular de um apelido. Rui é o tímido ensaio de um nome ignorado. Para educar-se, conta o primeiro com a ajuda de um sábio bávaro, o barão de Tautpheus, com o qual entra em contacto com a cultura do universo; para conseguir ilustrar-se, o segundo é obrigado a catar, nas bibliotecas, os livros que lhe abrirão o panorama do mundo. A luminosa inteligência de um fará com que Nabuco, mesmo estudando pouco, saiba

muito; a severa cultura do outro obrigará Rui, embora sabendo muito, a reconhecer que sabe pouco. A infância do primeiro é uma luminária, uma festa; a do segundo uma iniciação, uma luta. A mocidade de Nabuco decorre entre as seduições da política, o rumor dos comícios, a elegância dos salões, a boêmia e as rapaziadas da Escola de Direito; a de Rui entre as paredes de um gabinete de estudo, onde os belos anos ficam sepultados nas páginas dos livros. A aparição do primeiro é sempre uma alvorada. Nabuco, fazendo honra ao seu apelido — *Quincas, o Belo* —, exagera a nota da juventude e os primeiros clarões da estrêla política, escandalizando Petrópolis com os seus trajes de xadrez e as sobrecasacas da Câmara com seus fraques cinzentos. Em contraposição, Rui surgirá sempre como uma sombra, escondendo o corpo com a fenomenal cabeça, tão exíguo de estatura que ela se diria suspensa no espaço...

De tal modo apoteótica era a presença de Nabuco que, diante dela, em Londres, se amesquinhavam os gigantes ruivos dos *Horse Guards*. De tal maneira reduzido o vulto de Rui que se diria um menino que houvesse enfiado no pescoço uma máscara de papelão.

*

* *

Essa oposição física, que à primeira vista parece sem nenhuma importância, assumia na prática um papel preponderante. Ambos oradores parlamentares, mestres da eloquência, quando Nabuco assomava à tribuna dominava imediatamente o auditório, impondo-lhe confiança; ao contrário, para conquistar o público, tinha Rui de compensar com a majestade dos períodos a escassez da estatura.

A seu serviço possuía Nabuco o prestígio do porte, casando às convicções aquela esbelteza que lhe notou Ramalho Ortigão, quando o viu em Portugal com o "aspecto físico dos homens nos quais crêem as multidões instintivamente, porque os acham fortes — primeira condição para ser sincero". Desajudando-o a cada passo, Rui tropeçava naqueles pés miúdos que se diriam impotentes para sustentar o peso do crânio.

Paralelamente, a eloquência de um era feita de pensamentos e conceitos; a de outro, de argumentos e de ação.

Para valorizar a oratória, impunha Nabuco aos seus ouvintes uma larga pausa entre os períodos, sublinhando com silêncios o ritmo da frase; Rui, por sua vez, cascadeava os discursos, quase suprimindo os parágrafos para não estancar as idéias.

Analisando-se os dois estilos, o que se admira em Nabuco é o lado estético, o tom paisagístico, que o leva sempre à pintura. Da Abolição êle faz um quadro com que comove os seus ouvintes.

Releiam-se os discursos do Teatro Santa Isabel, sobretudo aquêle em que compara o rio abolicionista à corrente do Nilo, fecundando com os sedimentos do trabalho livre e da dignidade humana a futura carta geográfica do Brasil; ou o trecho em que, estimulando as resistências da sua província, invectiva-a por haver perdido a iniciativa das resoluções heróicas, desaparecendo entre os rios da Veneza americana como o Leão de S. Marcos entre as lagunas adriáticas. Sua linguagem é a de um pintor.

Inversamente, o que predomina nas páginas de Rui é o lado político, a linha ondulante dos períodos, que o conduz invariavelmente à escultura. Da Federação fêz êle a sua imagem favorita, como a *Athena-promachos*, de Fídias. Por ela sacrificou as ambições da mocidade, inclusive a pasta de ministro do gabinete Ouro Preto. Da lei fêz o seu instrumento de trabalho, com o qual talhou, durante cinquenta anos, o bloco de campanhas, manifestos e orações.

Rememore-se o seu credo político, o discurso de 13 de outubro de 1896 — raio de eloquência descido sôbre os ataques de César Zama — e ao fim do qual, abrindo aos concidadãos o santuário da vida privada, cinzela para as antologias a página sôbre o jôgo. Sua linguagem é a de um estatuário.

Se coincidiam politicamente em uma idéia, a fórmula de execução guardava sempre o cunho de uma personalidade distinta. Exemplifique-se com a Federação. Nabuco fêz dela sua clava, condicionando-a, porém, à coexistência da monarquia. Ligavam-no a esta os compromissos morais de quatro gerações.

Batia-se Rui pela Federação, ainda mesmo com o sacrifício da Coroa. *Federação ou Revolução* — era o seu lema: lema que não podia adotar Nabuco sem ofensa aos seus princípios monárquicos. Com certa amargura — confessava êste — a bandeira federal passava de suas mãos à de seu companheiro de idéias.

No exílio, como na atividade parlamentar, as tendências de cada um reclamavam igualmente gêneros e estilos diferentes. De Londres, cidade que elegera por destêrro, Nabuco faz vibrar a nota paisagística dos escritos, passeando a emoção entre o ruído ensurdecedor de *Regent Circus* ou *Ludgate Hill* e a calma vegetal dos *Kensington Park*, com suas árvores seculares; atraído pelas vitrinas iluminadas de *Piccadilly* e *New-Bond Street*, quando não pelas salas infindáveis do Museu Britânico. Enche de apontamentos os cadernos de notas, de evocações as cartas aos amigos. E, na correspondência para o *Jornal do Comércio*, suas reflexões literárias e políticas levantam para os leitores um gráfico da história inglesa contemporânea, relatando o vistoso cenário dos *Lords*, a faceirice da rainha Vitória e os últimos ademanos de Gladstone. Embalde o jornalista buscará afastar de si o historiador nato que nêle existe. Mesmo escrevendo para a Imprensa, como Macaulay, êle transforma o assunto em história.

De seus exílios não fará Rui uma contemplação, mas uma barricada. Em Buenos Aires, Lisboa, Londres, o fato político há de atraí-lo mais do que o fato histórico. Em Portugal, aonde chega em 1894, o que move a sua pena não é o gótico dos Jerônimos nem o encontro com a Torre de Belém, mas a detenção dos nossos oficiais asilados nas corvetas portuguesas que o governo do reino transfere para as praças militares de Sagres e de Peniche. O incontível advogado que nêle sobrevive protesta imediatamente contra o ato, expondo-se bravamente à ameaça de uma expulsão. Para evitá-la, segue para Londres, de onde escreve para o *Jornal do Comércio* as *Cartas de Inglaterra*. Nessa correspondência o jornalista deixa sempre um lugar ao advogado. Para êste, o que lhe interessa não é o silêncio domi-

nical de Londres nem o atropêlo dos outros dias em *Charing Cross* ou *Victoria Station*, mas o eco do drama europeu, a substância jurídica dos acontecimentos, como o episódio Dreyfus, assunto de sua primeira carta, e com o qual transforma o destêrro em uma tribuna pública, antes que Zola se fizesse o patrono universal da vítima. Suas mensagens, pelo poder de observação, ultrapassam as fronteiras da época, desembocando no futuro como verdadeiras profecias. Recorde-se o ensaio sôbre o Kaiser, a página sôbre a guerra dos *boers*. Situado em qualquer parte do mundo, Nabuco volta-se espontâneamente para a Inglaterra; situado na Inglaterra, o pensamento de Rui caminhava para o mundo...

Essas tendências de espírito chamam ao confronto a eloquência de um e outro. A de Nabuco estende seus liames à Câmara dos *Lords*. Tem o cunho aristocrático e o parentesco espiritual com as atitudes oratórias dos parlamentares ingleses. Procede da bela *saison* dos Pitt e dos Gladstone. A de Rui enlaça as raízes nos modelos latinos, carregando nos períodos a herança do *Forum*. Era como se houvesse saído dos jardins de Catão e de Cícero — de Catão, sobretudo, com o qual tem tantas analogias.

*

* *

A rivalidade dos dons que a natureza serviu a Rui e Nabuco não desencadeou, jamais, um conflito entre as duas trajetórias. Nunca uma desconfiança ou uma sombra se postou entre ambos. Mesmo quando o choque das aspirações ou as divergências de opinião sôbre os problemas internacionais os colocaram em frente um do outro, como no caso da escolha do presidente da delegação brasileira à Conferência de Haia, a inata nobreza de Nabuco soube imolar às conveniências da nação os seus justos direitos à magna investidura, abrindo mão espontâneamente do convite que já lhe fôra feito pelo Barão do Rio Branco, quando

êste, desejoso de corresponder aos apelos da Imprensa e ao voto da multidão, se voltou para o nome de Rui Barbosa. Em carta a Graça Aranha, enumerou Nabuco as razões que o impediam de ser encaixado na "delegação genial", recurso dialético a que o Chanceler se arrimava para somar, numa só embaixada, duas quantidades diversas...

Com o seu maravilhoso poder de síntese, resolvia o problema que angustiava o Barão: "Por mais que deseje dar a Rui essa prova de amizade e confiança, por mais que me custe não estar com êle na Europa... não posso ir a Haia como segundo; e êle só poderá ir como primeiro."

Horas inquietantes passou o embaixador do Brasil em Washington, quando a atuação solitária de Rui entrou em conflito com a mentalidade internacional da época, colocando sua inteligência e seu saber ao serviço de um novo mundo e de uma outra fórmula jurídica dos povos. O ardente americanismo de Nabuco temia de longe o desacôrdo entre os chefes da delegação brasileira e americana, crendo que o choque de idéias entre Rui e Choate pudesse abalar as colunas da compreensão e entendimento continental, que êle pacientemente cimentava com as mãos de arquiteto de pátrias.

Os arquivos do Itamarati guardam ainda os seus polidos apelos ao Barão para que contenha a águia rebelde, colocada em campo oposto à doutrina das grandes potências, ao lado das quais formava a representação dos Estados Unidos.

Situado entre dois fogos — a nossa diplomacia em Washington e a delegação de Haia — o Chanceler buscava sair hábilmente das dificuldades, redigindo êle mesmo os telegramas com os votos para que, na defesa dos princípios que advogava na Europa, Rui o fizesse com "brilho, firmeza e moderação".

No fundo, as simpatias de Rio Branco iam para Nabuco, fôsse pelas afinidades monárquicas que os uniam, fôsse pela serenidade que nêle apreciava. Quando as circunstâncias pareciam torná-lo árbitro político de uma das contendidas eleitorais

para a sucessão do governo do país, preferira ficar à testa da sua “repartição” (como, por hábito herdado do Império, tratava a sua chancelaria), mas, conversando com seu médico assistente, Prof. Pinheiro Guimarães, dizia-lhe numa confidência que tem todo o aspecto de uma definição: “Se eu pudesse indicar um candidato à presidência, não seria o Hermes nem o Rui; indicaria o Nabuco.”

Não obstante, naquela delicada fase internacional a que nos referimos antes, quando o Brasil, pela voz do seu delegado em Haia, jogava uma cartada definitiva para a sorte do Mundo, enfrentando sozinho Marshall e De Martens, isto é, a Alemanha e a Rússia unidas contra a igualdade jurídica das nações, o Chanceler soube guardar a imparcialidade desejada, conciliando os receios de Nabuco e as disposições combativas de Rui Barbosa — que eram também as suas — com a inocência do algodão entre cristais...

*
* *

No meio de tantas discordâncias aparentes ou fundamentais, que lhes moldaram a personalidade — para diferenciá-los sem desuni-los — a mais curiosa era a ostensiva paixão de Nabuco pelas letras e o pudor com que Rui as cortejava. Não se coíbia o primeiro dos ornatos do estilo nem julgava que pudessem desmerecê-lo no conceito político, torcendo-lhe a tarefa de condutor de multidões; vexava-se o segundo com a hipótese de que o tomassem por um “puro literato” e que isso contribuísse para enfraquecer, num meio hostil às vocações intelectuais, o seu papel de “homem de ação”.

O autor de *Um estadista do Império*, que em certa época da vida teve de viver da pena — porque a banca de advogado haveria de sofrer junto aos potentados econômicos as consequências de sua atitude na campanha abolicionista — cedia gostosamente as ambições partidárias ao convite das letras, pre-

ferindo o “lado belo, simples e humano das coisas, a ressonância, a admiração e o estado de ânimo” que elas lhe deixavam. Confessava publicamente a sua ternura, a crescente sedução pela vida literária, e em tôdas as etapas da carreira, quer nos comícios públicos ou na Câmara, ou nos congressos diplomáticos, ou na embaixada em Washington, sem prejuízo dos cargos — antes enobrecendo-os —, deixa aparecer ostensivamente o escritor.

Já o mestre da *Réplica* disfarçava com estudado desprezo as suas invencíveis faculdades artísticas, perguntando por ocasião das festas que celebraram o seu jubileu: “Qual, na minha existência, o ato de sua consagração essencial às letras, onde o trabalho que assegure à minha vida o caráter de predominante ou evidentemente literário?”. Teimava que êsses cinquenta anos, em que outros viam o fulgor de um diadema literário, era apenas uma existência vivida nos campos de luta; e onde se pensava divisar clarões de estilo, o que havia era apenas a luz das batalhas. “Existência tecida, tôda ela, dos fios de ação combatente — acrescentava — não se desintegra dos seus elementos orgânicos para se apresentar desvestida e transmutada naquilo que ela tem menos, na mera existência de um homem de letras”. Negava, assim, na hora solar de sua fortuna literária, o maravilhoso tesouro lingüístico que a palavra de Constâncio Alves desvendava aos olhos de todos, rememorando as preciosidades que continham as suas arcas de milionário da palavra. Amando as letras sem pretensão, “nunca tendo tempo para ser artista”, transformara-se num dêles — o maior de todos — por milagres da cultura e do gênio. E a tal ponto nutriu a sua paixão secreta, que em tôdas as tribunas — a pública, a parlamentar e a jurídica — aonde quer que o levassem as suas asas, no Senado ou na Conferência da Paz, em Haia, por trás do congressista mais temido da sua época ou do embaixador de maior relêvo nos conclaves universais, o que latejava intimamente, sem dano à substância da missão, era o

orador incomensurável, o clássico da Língua, escrevendo, sob a forma de ação, o inventário da sua grandeza literária.

Estendendo a outros idiomas o poder de expressão, Nabuco, através da sua confessada consciência de artista, consegue atrair o elogio do Barão de Courcel e excitar a curiosidade de Emílio Faguet diante da construção francesa de *Pensées Détachées et Souvenirs*; e em Washington, a serviço da latinidade americana, aquece aqueles cenários frios com sua palavra colorida e, sobretudo, com aquele inglês de Oxford que tanta impressão causava a Root, a Theodore Roosevelt e ao próprio Bryce, embaixador da Grã-Bretanha e seu rival nas cerimônias diplomáticas do Capitólio.

Transpondo as fronteiras do idioma, Rui leva na pena a elegante clareza dos mestres de Lutécia.

Assim escreve a saudação a Anatole France, reconhecida por este como uma flor que houvesse brotado do chão da França. Assim responde a de Martens, com uma segurança de expressão que não precisa ir ao papel para fixar-se no tempo.

Dessa última oposição entre o artista confesso e o escritor avesso à sua glória, extraímos a conclusão, invocando de memória as palavras deste:

Felizes os fiéis! Felizes! Só eles são puros,
só eles são misericordiosos! Só eles são longevos!

Revedo-se na sua obra intelectual, ou negando a sua paixão das letras, Nabuco e Rui foram fiéis à vocação do berço. Deram à sua pátria, à sua língua, à civilização americana, um patrimônio de cultura que excede as virtudes do diplomata e os predicados do estadista. Que é aquilo que convoca, neste Ano Áureo, a admiração de dois continentes? Serão as suas lutas na Abolição? Seus projetos no parlamento? Suas mediações na diplomacia? Seus conselhos ou atos no governo? Não, não é apenas isso. Pairando sobre tudo, a flama descoberta do pri-

meiro e o fogo subterrâneo do segundo é que acendem o sagrado entusiasmo com que os olhamos, com que os assistimos, com que nos inclinamos diante de suas imagens, celebrando nelas principalmente, e acima de tôdas as prendas da vida pública, o esplendor de dois gênios literários: um, escrevendo livros em ação; outro, convertendo em ação os livros.



ÍNDICE



Rui e a igualdade jurídica das nações	9
Rui e a reforma do conceito de neutralidade	27
Rui, o clássico do século	39
Rui e José do Patrocínio	49
Rui no meu quarto de estudante	65
Rui e Nabuco	77





